



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES
AMAZÔNICAS - PPGHISPAM

MARA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA

**O RIO E OS RIBEIRINHOS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O
PROCESSO DE REASSENTAMENTO DA COMUNIDADE DA PIRRAÇA, EM
PORTO NACIONAL, TO, APÓS A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO
LAJEADO (1999-2023)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, PPGHISPAM pela discente Mara Cristina Silva Oliveira como requisito para a escrita e finalização de Dissertação de Mestrado junto ao programa, sob a orientação da Prof. Dr. Vasni de Almeida

PORTO NACIONAL - TO

2026

MARA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA

**O RIO E OS RIBEIRINHOS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O
PROCESSO DE REASSENTAMENTO DA COMUNIDADE DA PIRRAÇA, EM
PORTO NACIONAL, TO, APÓS A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO
LAJEADO (1999-2023)**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Vasni de Almeida / Orientador / UFT - PPGHispan

Profa. Dra. Regina Célia Padovan / Avaliadora Interna / UFT - PPGHispan

Profa. Dra. Martha Victor Vieira / Avaliadora Externa / UFNT – PPGCult

Banca realizada em 03/03/2026.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

O48r Oliveira, Mara Cristina da Silva.

O rio e os ribeirinhos: apontamentos históricos sobre o processo de reassentamento da comunidade da Piraça, em Porto Nacional, TO, após a construção da Barragem do Lajeado (1999-2023). / Mara Cristina da Silva Oliveira. – Porto Nacional, TO, 2026.

102 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em História das Populações Amazônicas (PPGHSPAM), 2026.

Orientador: Vasni de Almeida

1. Reassentamento Compulsório. 2. Adaptação territorial. 3. Impactos socioambientais. 4. Populações ribeirinhas. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

"O território é o chão e a identidade das pessoas." — Milton Santos

Dedico esta dissertação à minha família, pelo amor incondicional, e à comunidade Pirraça, que compartilhou suas memórias e me permitiu compreender a profundidade e a força de sua história.

AGRADECIMENTOS

A palavra gratidão se torna pequena diante de tudo o que vivi nesses dois anos. Procurei no dicionário uma expressão que alcançasse o tamanho dessa caminhada, mas nenhuma palavra conseguiu traduzir o que sinto. Ainda assim, meu coração sabe que Deus esteve comigo em cada passo. A Bíblia nos ensina que tudo o que colocamos nas mãos d'Ele prospera, porque tudo é d'Ele, por Ele e para Ele.

E foi assim que caminhei: reconhecendo minhas limitações humanas, mas confiando que Deus abriria caminhos onde eu não enxergava saída. Se hoje este trabalho existe, é porque Ele me sustentou, me fortaleceu e me deu condições de chegar até aqui.

Agradeço, antes de tudo, à COMUNIDADE PIRRAÇA, território de memória, resistência e dignidade, que me permitiu contar sua história e mostrar ao mundo sua importância na formação de Porto Nacional. A Pirraça é mais do que um lugar: é um modo de viver, de ensinar e de existir. É a força de um povo que, mesmo tantas vezes invisibilizado, segue construindo caminhos, formando pessoas e deixando marcas profundas na identidade da cidade. Este trabalho é também um gesto de reconhecimento e respeito a cada família, cada história e cada luta que compõem esse território que me moldou.

À minha família, meu alicerce.

Ao meu esposo, amor da minha vida e minha fortaleza diária. Nele encontrei uma fonte inesgotável de sabedoria, lealdade e honestidade. Sua presença firme, seu apoio silencioso e sua confiança constante foram essenciais para que eu seguisse adiante. Em cada momento difícil, ele esteve ao meu lado, oferecendo força quando eu já não tinha mais, e acreditando em mim quando eu mesma duvidava. Este trabalho também carrega o reflexo do amor e da parceria que construímos.

Aos meus filhos, poesia viva no meu caminho. Foram vocês que reacenderam minha coragem quando o cansaço pesava e os sonhos pareciam distantes. É o amor de vocês que me sustenta, me inspira e me ensina a recomeçar quantas vezes forem necessárias.

Com o coração apertado, agradeço à memória dos meus pais, que partiram durante o percurso deste mestrado. Minha mãe, mulher de sabedoria do mundo, que me ensinou a enxergar dignidade onde muitos não veem. Meu pai, homem de caráter, meu herói desde sempre, cuja força silenciosa continua guiando meus passos. Mesmo ausentes

fisicamente, estiveram presentes em cada página escrita, em cada conquista e em cada superação. Este trabalho também é deles.

Às minhas irmãs, que me sustentaram quando o caminho apertou e me incentivaram a continuar justamente no momento mais difícil. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui.

À minha amiga Juliene, que tantas vezes esteve ao meu lado, ajudando na sala de aula, dividindo responsabilidades e oferecendo apoio quando eu mais precisava.

À minha gestora Cristiane, deixo meu profundo agradecimento. Seu apoio em tantos momentos, sua compreensão diante das minhas ausências e sua generosidade ao celebrar cada pequena conquista foram essenciais para que eu conseguisse seguir firme nesta jornada.

À coordenadora Rayanne, agradeço pela paciência, pela firmeza e pelo apoio constante. Sua presença atenta e seu compromisso fizeram diferença em dias difíceis e me ajudaram a manter o equilíbrio entre trabalho e pesquisa.

Estendo também minha gratidão aos colegas de trabalho, que, de diferentes maneiras, contribuíram para que este percurso fosse possível. Cada gesto de apoio, cada palavra de incentivo e cada compreensão silenciosa tiveram grande importância ao longo desta caminhada.

Às minhas amigas Núbia e Iraneia, que estiveram comigo com carinho, presença e fé. O sorriso da Núbia e suas orações iluminaram dias difíceis, enquanto a força e a amizade da Iraneia me ajudaram a seguir firme quando o caminho parecia pesado demais. A amizade de vocês foi abrigo.

E deixo registrado que, mesmo quando não recebi apoio ou quando vieram críticas, nada disso me fez parar. Pelo contrário: cada obstáculo, cada palavra dura e cada silêncio serviram de combustível para que eu continuasse. Transformei dor em força, dúvida em coragem e dificuldade em movimento. Seguir adiante foi meu ato de resistência.

Agradeço ao Prof. Dr. Vasni de Almeida por ter me possibilitado colocar em prática tudo aquilo que eu almejava desenvolver sobre a Comunidade da Pirraça. Sua paciência, seu companheirismo e sua presença atenta em cada etapa desta dissertação foram fundamentais para que eu chegasse à conclusão deste trabalho. Seu conhecimento não apenas agregou — ele multiplicou caminhos, perspectivas e reflexões que enriqueceram profundamente esta pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a Marina Haizenreder Ertzogue, registro meu sincero agradecimento. Sua presença no início desta pesquisa, aliada ao seu conhecimento em história ambiental, abriu novos olhares para a compreensão da história ecológica da comunidade estudada. Sou profundamente grata por sua dedicação constante, por ter compartilhado generosamente seu saber e por ter contribuído para transformar esta dissertação em uma análise sensível e fundamentada da história ecológica de uma comunidade.

Agradeço também a todos os demais professores que fizeram parte desta caminhada. Sou profundamente grata por cada aula, cada orientação e cada partilha de conhecimento que, de diferentes maneiras, contribuíram para minha formação e para a construção desta dissertação. Cada gesto, cada palavra e cada ensinamento deixaram marcas importantes no meu percurso acadêmico.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História e Estudos de Patrimônio – PPGHISPAM (UFT), por ter tornado possível meu aprofundamento no conhecimento sobre a cultura das populações amazônicas. O programa me ofereceu um ambiente acadêmico fértil, que me permitiu explorar novos caminhos, ampliar horizontes e construir esta pesquisa com sensibilidade e compromisso.

A todas essas pessoas e à minha comunidade, deixo meu reconhecimento mais sincero. Este trabalho não é apenas meu — ele é fruto de muitas mãos, muitos gestos e muitos corações que caminharam comigo.

RESUMO

Esta dissertação apresenta as mudanças ocorridas na Comunidade da Vila da Pirraça, localizada às margens do Rio Tocantins, em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado (UHE Luiz Eduardo Magalhães). O foco central da pesquisa recai sobre o processo de mudança da Comunidade Pirraça, das margens do Rio Tocantins para outras áreas do município de Porto Nacional. As famílias foram relocadas para o Setor Jardim dos Ipês 2, e para algumas áreas rurais do município, distantes do rio, o que provocou rupturas significativas em suas práticas cotidianas, modos de subsistência e relações com o território. A dissertação se amparou em estudos sobre a cultura de populações que se formaram nas margens do Rio Tocantins, bem como sobre o processo de territorialização e desterritorialização provocados pelas construções de hidrelétricas. Como recurso complementar, utilizou-se informações anotadas em caderno de campo e em fotografias que expressam os antigos e novos modos de vida da comunidade reassentada. A dissertação busca promover uma reflexão crítica sobre os efeitos sociais e culturais causados pelos grandes empreendimentos e procura demonstrar como as construções de lagos para hidrelétricas afetam as vivências de populações residentes às margens do Rio Tocantins.

Palavras-chaves: Reassentamento compulsório; Adaptação territorial; Impactos socioambientais; Populações ribeirinhas.

ABSTRACT

This dissertation presents the changes that occurred in the Community of Vila da Pirraça, located on the banks of the Tocantins River, as a result of the construction of the Lajeado Hydroelectric Power Plant (UHE Luiz Eduardo Magalhães). The central focus of the research lies in the relocation process of the Pirraça Community, from the banks of the Tocantins River to other areas within the municipality of Porto Nacional. The families were relocated to the Jardim dos Ipês 2 neighborhood and to some rural areas of the municipality, far from the river, which caused significant ruptures in their daily practices, subsistence modes, and relationships with the territory. The dissertation is supported by literature on the culture of populations formed along the Tocantins River and by studies on the processes of territorialization and deterritorialization triggered by the construction of hydroelectric plants. As a complementary resource, information recorded in a field notebook and photographs that portray the former and new ways of life of the resettled community were used. The dissertation seeks to promote a critical reflection on the social and cultural effects caused by large-scale enterprises and aims to demonstrate how the creation of reservoirs for hydroelectric plants affects the lived experiences of populations residing along the Tocantins River.

Keywords: Compulsory resettlement; Territorial adaptation; Socio-environmental impacts; Riverine populations.

LISTA DE TABELAS

Tabela1 – Principais atos legais da reforma do setor elétrico brasileiro (1987–2000) ...40

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Barco que navegava pelo rio Tocantins por volta dos anos 1950 a 1970.....	p. 21
Fig. 2 – Construção da ponte sobre o rio Tocantins em Porto Nacional (vista aérea).	p. 22
Fig. 3 – Construção da ponte sobre o rio Tocantins em Porto Nacional (vista terrestre).	p. 22
Fig. 4 – Feira comunitária na rua Frederico Lemos, Porto Nacional, 1980.....	p.31
Fig. 5 – Localização das principais Usinas Hidrelétricas (UHE) no Brasil.....	p.41
Fig. 6 – Mapa da área de influência da UHE Lajeado.	p.48
Fig. 7 – Mulheres da Vila Pirraça com bacias de caju destinados à venda.	p.63
Fig. 8 – Registro da enchente de 1980.	p.64
Fig. 9 – Fotografia de Dona Leoneza em frente à sua casa. . .	p.66
Fig. 10 – Fotografia do festejo religioso na Comunidade. . .	p.67
Fig. 11 – Fotografia do time de futebol infantil da Vila Pirraça. . .	p.67
Fig. 12 – Vista aérea do reassentamento urbano da comunidade Pirraça, localizado no Setor Jardim dos Ipês 2, em Porto Nacional (TO). . .	p.68
Fig. 13 – Mapa de localização do município de Porto Nacional, Estado do Tocantins – Brasil. . .	p.69
Fig. 14 – Residência da Dona Leoneza, onde vive sua filha Adélia. . .	p.75
Fig. 15 – Residência da senhora Nice no setor urbano do Jardim dos Ipês 2.....	p.75
Fig. 16 – Vista aérea atual do entorno do Jardim dos Ipês 2.....	p.76
Fig. 17 – Antiga Escola Municipal Raimundo Pereira — hoje Asilo João XXIII.....	p.79
Fig. 18 – Córrego preservado na propriedade da família Joca.	p.81
Fig. 19 – Horta na propriedade da família Rosa.....	p.82
Fig. 20 – Vista aérea da área rural do reassentamento.	p.83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
CEB – Companhia Energética de Brasília
CELG – Companhia Energética de Goiás
CELTINS – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CEMAR – Companhia Energética do Maranhão
CMB – Comissão Mundial de Barragens
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil
GO – Goiás
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ITERTINS – Instituto de Terras do Tocantins
IUEE – Imposto Único sobre Energia Elétrica
MA – Maranhão
MAE – Mercado Atacadista de Energia
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MW – Megawatt
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico
PGE – Projetos de Grande Escala
PIB – Produto Interno Bruto
PN – Porto Nacional
PND – Programa Nacional de Desestatização
PPA – Plano Plurianual
PPGHispam – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas
PRO-REG – Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação
PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
REIDI – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
RGR – Reserva Global de Reversão
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SNIRH – Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
THEMAQ – THEMAQ Engenharia Ltda.
TO – Tocantins
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UHE – Usina Hidrelétrica
UHE Lajeado – Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães
UHE Serra Quebrada – Usina Hidrelétrica Serra Quebrada
UHE Sobradinho – Usina Hidrelétrica de Sobradinho
UHE Tucuruí – Usina Hidrelétrica Tucuruí
WCD – World Commission on Dam

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 QUANDO O RIO É PARTE DO TODO: MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	19
2.1 Entre águas e memórias: o rio Tocantins como matriz histórica e territorial de Porto Nacional.....	20
2.2 O rio: memórias e pertencimentos.....	23
2.3 O rio e sua dimensão econômica e cultural.....	28
3 HIDRELÉTRICA & DESTERRITORIALIZAÇÃO	35
3.1 Histórico da política energética para exploração da hidreletricidade no Brasil	36
3.2 Política energética para exploração da hidreletricidade no Tocantins	43
3.3 Identidade e Espaço: O Fenômeno da Desterritorialização em Projetos Hidrelétricos.....	48
4 A VIDA LONGE DO RIO.....	52
4.1 Territorialidades interrompidas.....	52
4.2 A formação histórica e a área de deslocamento da comunidade.....	62
4.3.Reassentamento e usos do território: do Jardim dos Ipês 2 e área rural.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	89
PROPOSTA DE ENSINO	94

1 INTRODUÇÃO

A construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE), localizada no município de Lajeado, estado do Tocantins, provocou o deslocamento compulsório de aproximadamente 417 famílias, totalizando 1.817 pessoas reassentadas no município de Porto Nacional. Esse processo, registrado nos documentos oficiais do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), gerou transformações profundas no modo de vida econômico, cultural e territorial dessas populações, especialmente das comunidades ribeirinhas.

Desde a década de 1970, a implantação dos Projetos de Grande Escala (PGE), como estratégia de desenvolvimento econômico com viés integracionista, tem causado prejuízos significativos às populações locais. Embora as Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) desempenhem papel relevante na economia regional, suas construções produzem impactos diversos e duradouros. Os trabalhos da Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000) apontam que os reservatórios das UHE submergem patrimônios naturais e espaços de reprodução sociocultural das comunidades ribeirinhas, afetam laços de sociabilidade, provocam degradações ambientais, induzem a proliferação de vetores de doenças e modificam os leitos dos rios, influenciando diretamente a qualidade da água e a presença de peixes.

A história recente demonstra que os PGE, além de promoverem integração nacional, também forçaram o remanejamento de grupos sociais, muitas vezes sem possibilidade de contestação, afetando profundamente suas formas de vida e vínculos com o território.

Esta pesquisa tem como foco a comunidade da Vila da Pirraça, atingida pela formação do lago da UHE Lajeado em 2001. As famílias foram relocadas para uma área urbana periférica no município de Porto Nacional, especificamente no Setor Jardim dos Ipês 2, entre as ruas três e quatro.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os efeitos de longo prazo do deslocamento forçado da comunidade tradicional ribeirinha da Vila da Pirraça, em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado (UHE Lajeado). Apesar da infraestrutura urbana consolidada e dos avanços educacionais no município de Porto Nacional, os impactos desse deslocamento ainda reverberam na vida cotidiana das famílias reassentadas, afetando profundamente seus vínculos culturais, suas relações sociais e suas condições econômicas.

Ao considerar o período de 1999 a 2023, observa-se que os processos de desterritorialização não se encerram com a mudança física de espaço, mas se prolongam nas dimensões simbólicas, afetivas e materiais da vida dos sujeitos. A investigação se torna relevante por buscar dar voz às experiências vividas por essas famílias, valorizando suas memórias, percepções e estratégias de reconstrução identitária em um novo território. Além disso, o estudo contribui para o debate sobre os limites das políticas de reassentamento e os desafios enfrentados por populações tradicionais em contextos de grandes empreendimentos.

O objetivo geral é verificar como o deslocamento compulsório dos ribeirinhos obrigou a população de Vila Pirraça a deixar para trás antigas práticas culturais relacionadas ao rio. Os objetivos específicos foram: a) abordar os estudos acadêmicos que enfocam cultura ribeirinha às margens do Rio Tocantins; b) compreender a formação de hidrelétricas em espaços de vivências de ribeirinhos, articulando-as ao conceitos de território e territorialidade; c) apresentar o processo de saída dos ribeirinhos das margens do rio e seus reassentamentos no Jardim dos Ipês 2 e glebas rurais do município de Porto Nacional.

Antes da formação do lago, a Comunidade Pirraça vivia às margens do rio Tocantins, com práticas ligadas ao extrativismo e à agricultura de subsistência. Entre 1999 e 2003, foi oferecida a comunidade uma nova localidade para se estabelecer, o que os obrigou a redefinir o seu território e iniciar a construção das moradias.

Os grandes empreendimentos provocam alterações significativas no ambiente físico, sociocultural e econômico. De acordo com Borges e Silva (2011), uma das principais consequências desses projetos é o deslocamento forçado de populações, que afeta diretamente suas formas de vida e vínculos com o território. Na comunidade da Vila da Pirraça, esse deslocamento provocou perdas materiais e simbólicas, além de rupturas nos modos de vida tradicionais. A partir da ideia de deslocamento compulsório, a pesquisa foi conduzida a partir de algumas questões centrais: Que tipo de cultura social e econômica foi fragmentada com o deslocamento de comunidade ribeirinhas? Quais as justificativas econômicas para a construção de hidrelétricas no cerrado central? Quais as consequências, para a Comunidade Pirraça, desse deslocamento forçado?

Para alcançar os objetivos propostos e procurar respostas a essas questões, o estudo fez uso de pesquisas bibliográficas, tanto para se entender o tipo de cultura que se rompe quando ribeirinhos são retirados das margens do Rio Tocantins, quanto para compreender os conceitos de território e territorialidade. Para deslindar o processo de

retirada e reassentamento da Comunidade Pirraça, realizamos leituras de documentos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado, no qual encontramos as justificativas para esse empreendimento, realizado em detrimento das condições dos ribeirinhos. De igual modo, buscamos em artigos de jornais as notícias que deram conta do processo abrupto da mudança, momento em se percebe as vozes que apoiaram o deslocamento forçado. Para demonstrar as condições de vida dos reassentados no Jardim dos Ipês 2 e na área rural do município de Porto Nacional, fizemos uso de fotografias que indicam as condições atuais dos antigos moradores da Comunidade Pirraça.

A pesquisa se originou impulsionada por motivações pessoais e acadêmicas. Quanto as motivações pessoais, há um histórico de vida relacionado ao tema. Minha relação com a comunidade da Vila da Pirraça remonta à infância. Sempre que retornava da escola, encontrava as mulheres com suas bacias cheias de frutas da época, vendendo nas ruas de Porto Nacional. Na fase adulta, fui convidada a trabalhar como professora na Escola Municipal Raimundo Pereira, construída para atender à comunidade reassentada. No primeiro dia de aula, vivi um momento marcante: uma das matriarcas havia falecido. Os moradores comentavam que a senhora Leoneza não suportou a nova realidade, sentindo profunda saudade de seu território original. Trabalhei por três anos nessa escola, que hoje não existe mais — o prédio foi transformado em um asilo.

Atualmente, trabalho em outra escola municipal que atende crianças — netos das primeiras mulheres da Vila da Pirraça — que vendiam frutos do cerrado nas ruas da cidade. Vejo esses alunos todos os dias e costumo perguntar como estão seus familiares. Por isso, considero essencial estudar como vivem hoje as famílias que foram retiradas de seu território ribeirinho e realocadas em uma área urbana distante do rio, que antes possibilitava o sustento por meio da prática extrativista.

Esta pesquisa também se justifica pela necessidade de oferecer reflexões acadêmicas no campo das ciências humanas, que evidenciem a perda de identidade e território de uma comunidade que, anteriormente, desenvolvia suas atividades cotidianas às margens do rio Tocantins. Ao ser levada para uma área urbana distante do rio, essa comunidade perdeu sua principal característica: ser ribeirinha. Deixou para trás seus modos de vida, tanto social quanto econômico. Depois de reassentadas, promessas antigas não foram cumpridas, as famílias, aos poucos, foram abandonando a área a elas destinadas, pois seu novo espaço não tinha mais significados culturais.

A pesquisa partiu dos documentos sobre o processo de construção da barragem e do deslocamento da Comunidade Pirraça para as novas áreas. Como esses documentos

são escassos utilizamos ainda a abordagem etnográfica, articulada a uma estratégia multimétodos que combina observação participante (MALINOWSKI, 1978), registros em diário de campo e análise documental. De acordo com Cachado (2021), o diário de campo é mais do que um simples registro de anotações: ele constitui uma metodologia que fortalece a escrita e a prática investigativa. Nele, o pesquisador organiza observações, conversas informais e reflexões que emergem durante a interação com a comunidade. Conforme destaca a autora, o diário de campo não se restringe à antropologia, sendo também utilizado em outras áreas das ciências sociais e humanas como instrumento de apoio e arquivamento das experiências vividas no campo. Nesse sentido, o diário de campo, nessa perspectiva, foi essencial nesta dissertação, pois possibilitou sistematizar informações e refletir criticamente sobre o processo de observação e participação junto à Comunidade Pirraça.

Essa combinação de fontes tem possibilitado a apreensão de dimensões simbólicas e afetivas se revelam pela escuta sensível, pela leitura dos registros e pelo vínculo construído ao longo do processo investigativo.

O levantamento de dados teve início com uma pesquisa bibliográfica, conforme orientações de Marconi e Lakatos (2003), utilizando livros, artigos, dissertações e documentos oficiais que tratam da temática do reassentamento, desterritorialização e comunidades tradicionais. Essa etapa foi fundamental para ampliar o repertório teórico da pesquisadora e orientar a construção dos instrumentos de campo. Para tecer considerações sobre as imagens da área de reassentamento buscamos respaldo nas abordagens que elegem as fotografias como ferramenta relevante para a escrita da história.

A abordagem aos moradores se deu por meio de conversas e anotações em caderno de campo. Nossas considerações não se limitaram à descrição de práticas econômicas, mas buscou compreender os modos de vida em transformação, especialmente diante de um deslocamento forçado que alterou profundamente as referências espaciais, identitárias e sociais da comunidade. A antiga Vila da Pirraça, situada em área rural ribeirinha às margens do rio Tocantins, era composta por famílias que mantinham uma relação direta com o território e com o rio, tanto no aspecto simbólico quanto econômico. Suas atividades de sobrevivência estavam profundamente ligadas ao extrativismo, à pesca artesanal, à agricultura de subsistência e à coleta de frutos nativos, práticas que não apenas garantiam o sustento, mas também reforçavam os laços comunitários e a identidade cultural do grupo.

Com o reassentamento, muitas famílias foram realocadas para o Setor Jardim dos Ipês 2, uma área urbana periférica, distante do centro comercial, onde as condições de vida foram profundamente modificadas. A transição de um espaço rural ribeirinho para um ambiente urbano implicou em rupturas culturais, econômicas e ambientais, exigindo das famílias estratégias de adaptação e ressignificação de seus modos de vida. Muitas das atividades produtivas tradicionais foram interrompidas ou substituídas por ocupações informais, trabalhos urbanos precários ou dependência de políticas públicas.

A comunidade foi deslocada e reassentada em novas áreas, o que, em muitos casos, causou danos ao modo de vida, às culturas locais e às tradições que estavam inseridas por muito tempo. Essa investigação baseia-se na utilização de métodos científicos que possam revelar os reais fatores que levaram à compreensão das demandas sociais sofridas pela comunidade durante e após o deslocamento. A partir da escuta das narrativas e da observação dos espaços, buscou-se apontar as condições de vida das famílias deslocadas após a construção da barragem.

Os documentos escritos, as conversas anotadas e as fotografias, as imagens permitiram acompanhar esse processo de transformação ocorridas nas vivências dos moradores. A pesquisa revelou que o reassentamento não se deu apenas no plano físico, mas também no plano simbólico, afetando a forma como os sujeitos se relacionam com o território, com o trabalho e com a memória de sua antiga comunidade. As conversas apontaram para as relações cotidianas e o respeito aos tempos locais foram essenciais para revelar as tensões, resistências e reconstruções identitárias que emergem desse processo.

A estrutura deste estudo foi, assim, pensada a partir da importância da relação dos ribeirinhos com o Rio Tocantins e sobre as consequências da produção de energia elétrica no Brasil e, especialmente, no estado do Tocantins. Nossa meta é compreender os efeitos da desterritorialização numa comunidade ribeirinha.

Dessa forma, no Capítulo I, focaremos a relação entre as populações ribeirinhas e o Rio Tocantins, no sentido de perceber como o rio permite florescer de uma cultura ligada a água, pois essa não é só um bem natural, ela institui uma relação muito próxima entre o ser humano e o meio ambiente. Faremos isso por meio de estudos que levam em consideração a importância do Rio Tocantins para a cultura e sociedade do antigo Norte Goiano, atual Tocantins.

No Capítulo II, apresentamos as múltiplas perspectivas sobre os impactos das hidrelétricas, articulando conceitos de território e territorialidade, com o exame das principais estruturas legais que sustentam a expansão do setor. Essa abordagem busca

evidenciar como o arcabouço jurídico contribui para legitimar processos de deslocamento e reconfiguração social.

No Capítulo III, narramos os processos de reassentamento da Comunidade de Pirraça para o Jardim dos Ipês 2, momento em que apontamos como foi escolhida a nova área; como foi a retirada dos ribeirinhos; como ocorreu a organização das famílias na nova área; como está organizada, na atualidade, a comunidade Pirraça no Jardim dos Ipês 2.

Ao final apresentamos uma Proposta de Ensino e Pesquisa sobre a história da Vila Pirraça, que poderá ser utilizada nas aulas de História e Geografia da escola que atende moradores deslocados da beira do Rio Tocantins.

2 QUANDO O RIO É PARTE DO TODO: MEMÓRIA E IDENTIDADE

Em qualquer processo de povoação, o território se constrói a partir das relações entre o homem e os elementos naturais que o cercam. O rio, nesse contexto, representa um elo fundamental — não apenas como fonte de água, mas como caminho, abrigo, alimento e orientação. Ele é o traço que liga margens, histórias e existências. É ao redor do rio que se organizam os modos de vida, as práticas produtivas, os rituais e os afetos que constituem a vida comunitária.

Neste capítulo, busca-se perceber as relações entre os ribeirinhos e o rio, a memória e práticas econômicas, presente em estudos sobre os ribeirinhos do Tocantins. Esses estudos evidenciam a profundidade das rupturas culturais e materiais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos.

A Comunidade da Vila Pirraça, objeto de estudo desta pesquisa, é analisada como exemplo concreto da territorialidade ribeirinha e dos processos de desterritorialização vivenciados por populações amazônicas. Nessa comunidade, a relação com o rio é constitutiva da identidade local. O rio não é apenas vizinho: é parte do todo. Sua presença estrutura o cotidiano, marca o tempo, orienta os deslocamentos e sustenta os vínculos sociais. Estar próximo ao rio significa estar próximo à própria história, à memória coletiva e aos saberes ancestrais. Quando esse elo é rompido — seja por deslocamento forçado, represamento ou perda de acesso — não se perde apenas o espaço físico, mas também o sentido que sustentava a cultura e a vida comunitária. Com o tempo, essa ruptura pode levar ao apagamento de tradições, modos de ser e vínculos que sustentam a cultura ribeirinha.

Essa dimensão simbólica e espiritual da água remonta à espiritualidade cristã. No Salmos 46:4, do texto sagrado do cristianismo, o rio é descrito como fonte de alegria e presença divina. Nesse trecho, está escrito que há um rio cujos canais alegram a cidade de Jerusalém, o local sagrado dos judeus e cristãos. O rio alegre e sustenta a vida — também nas comunidades ribeirinhas, ele é espaço de existência, cultura e superação.

O rio como ligação de pessoas e culturas é sintetizada na canção de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, que evoca o fluxo dos rios nordestinos como metáfora da conexão entre territórios e vidas: “Riacho do Navio corre pro Pajeú / O Pajeú vai despejar no São Francisco / E o São Francisco vai bater no meio do mar...”. O verso revela a fluidez entre os corpos d’água e os territórios, expressando poeticamente como o rio é caminho, elo e destino.

Ao iniciar esse capítulo com menções à espiritualidade e ao elemento de corpos em deslocamentos, pretendemos apontar para a compreensão da relação entre o homem e o rio como fundamento da territorialidade ribeirinha, especialmente no contexto de desterritorialização vivenciado pela Comunidade da Pirraça, localizada no município de Porto Nacional.

2.1 Entre águas e memórias: o rio Tocantins como matriz histórica e territorial de Porto Nacional

A fundação de Porto Nacional está intimamente ligada ao rio Tocantins, rota natural de circulação e espaço de fixação das primeiras comunidades ribeirinhas do povoado que se formava no século XVIII. Foi às suas margens que se consolidaram os núcleos iniciais de povoamento, entre eles a Vila Pirraça, cuja presença revela como o rio estruturou o território e possibilitou o surgimento da cidade. A proximidade com o rio garantiu não apenas acesso a recursos hídricos e alimentares, mas também favoreceu o intercâmbio cultural e comercial, transformando o espaço em um ponto estratégico para Porto Nacional.

Localizada em posição estratégica à margem direita do rio Tocantins, a cidade surgiu como passagem obrigatória entre os centros mineradores de Monte do Carmo e Bom Jesus do Pontal, tornando-se posteriormente núcleo de povoamento e intercâmbio comercial. O escritor Eli Brasiense (1954) registra que, após um ataque indígena ao Pontal por volta de 1805, sobreviventes se estabeleceram na margem direita do rio, em busca de maior proteção, o que contribuiu para o desenvolvimento local.

A transferência da sede do julgado de Monte do Carmo para Porto Real em 1810 reforçou sua centralidade administrativa. O viajante austríaco Emmanuel Pohl, em 1819, descreveu o arraial como composto por cerca de 30 casas, igreja e cadeia, destacando-o como mais populoso que outros núcleos da região, então em decadência. Já em 1824, Cunha Mattos ofereceu uma visão positiva do lugar, confirmando sua relevância crescente no contexto regional.

Conforme demonstram os estudos de Maria de Fátima Oliveira (2019):

Embora o surgimento de Porto Real estivesse intimamente ligado aos dois núcleos mineradores, seu desenvolvimento se deveu à sua posição estratégica à beira do rio Tocantins, o meio de comunicação mais viável para a região no período. Portanto, a explicação mais plausível é a de que, devido ao esgotamento das minas auríferas e com o fim da proibição da navegação pelo

rio Tocantins, a conjuntura do século XIX tenha sido mais favorável ao desenvolvimento de Porto Real, que se encontrava na beira do rio, em detrimento dos antigos núcleos mineradores, tornando-o um importante porto comercial com o Pará. (Oliveira, 1997, apud Oliveira, 2019, p. 488).

Assim, Porto Nacional emerge não apenas como fruto de circunstâncias históricas e econômicas, mas como expressão da força estruturante do rio Tocantins, que lhe conferiu centralidade política, cultural e comercial, tornando-a referência na memória e identidade regional.

Fig. 1 – Barco que navegava pelo rio Tocantins por volta dos anos 1950 a 1970.



Fonte: Antônio Neves, Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1GJX6aoAW4/>
Acesso em: 20 de set. 2025

A fotografia evidencia a centralidade da navegação fluvial no cotidiano da população tocantinense durante meados do século XX. Os barcos que singravam o Tocantins eram não apenas meios de transporte, mas também símbolos da vida ribeirinha, sustentando trocas comerciais, deslocamentos e vínculos culturais. A imagem reforça a importância do rio como matriz estruturante da cidade, antes que os marcos da modernização — rodovia e ponte — redefinissem os fluxos e projetassem Porto Nacional para além de suas origens ribeirinhas.

A construção da ponte sobre o rio Tocantins, em Porto Nacional, constituiu outro marco fundamental da modernização regional. Se a rodovia Belém-Brasília havia deslocado os fluxos de circulação e transformado o rio em fronteira, a ponte veio para quebrar essa barreira, ligando definitivamente a cidade ao eixo rodoviário nacional. Essa obra não apenas favoreceu a urbanização e a territorialização das regiões, mas também

simbolizou a reintegração de Porto Nacional ao processo de modernização do território, em sintonia com as transformações que marcaram o Brasil no século XX.

Fig. 2 – Construção da ponte sobre o rio Tocantins em Porto Nacional (vista aérea)



Fonte: Arquivo pessoal de Herton Brito. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1APAgmx2h5/>. Acesso em: 22 de set. 2025.

Fig. 3 – Construção da ponte sobre o rio Tocantins em Porto Nacional (vista terrestre).



Fonte: Fonte: Arquivo pessoal de Herton Brito. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1APAgmx2h5/>. Acesso em: 22 de set. 2025.

As fotografias 2 e 3 documentam diferentes perspectivas da construção da ponte sobre o rio Tocantins. A vista aérea revela a dimensão territorial da obra e sua inserção na paisagem ribeirinha, enquanto a imagem terrestre evidencia os detalhes técnicos e a complexidade do processo construtivo. Juntas, essas fotografias reforçam o papel da

ponte como símbolo da integração regional e da transição entre o modo de vida fluvial e a modernidade rodoviária.

2.2 O rio: memórias e pertencimentos

Registros de vivências silenciadas de comunidades ribeirinhas, despedaçadas por grandes empreendimentos hidrelétricos, estão preservados em pesquisas que documentam essas memórias. São vozes que resistem ao apagamento, mesmo quando o território que as sustentava foi submerso, redesenhado ou interditado. O tema permanece urgente, sobretudo na região Norte e no estado do Tocantins, onde o avanço das barragens continua a romper vínculos ancestrais e a apagar paisagens afetivas. Ao reunir esses registros — como peças de um mosaico quebrado que ainda guardam beleza e sentido — torna-se evidente a dimensão da perda: não apenas para os indivíduos, mas para a memória coletiva, a cultura e a história.

Diante desse cenário, a separação entre o homem e o rio representa mais do que um deslocamento físico: trata-se de uma ruptura simbólica, afetiva e espiritual. Os ribeirinhos do Tocantins vivenciaram um processo de desterritorialização que alterou profundamente suas formas de vida, seus vínculos com o espaço e suas memórias coletivas. O rio, antes parte do cotidiano, tornou-se distante, inacessível, silencioso. Um dos moradores entrevistados por Parente (2010), descreve essa ausência como uma espécie de morte do Tocantins, revelando o impacto emocional e simbólico da perda — não apenas da paisagem, mas de um modo de ser profundamente enraizado no território.

Parente e Silva Júnior (2010, p. 164), destacam o rio como referência e saída forçada dos entrevistados na pesquisa realizada.

[...] as fontes orais que alimentam nossa reflexão provêm de atores sociais que possuem com o rio uma relação de referencialidade que solidariza suas práticas distintas em relação a ele. Todos os entrevistados foram atingidos pela hidrelétrica de Estreito. A maioria morava em uma localidade cercada pelo rio Tocantins, entre Estreito (MA) e Babaçulândia (TO), conhecida como Ilha de São José. O reservatório formado pela barragem submergiu por completo essa ilha, forçando as famílias que lá residiam a se deslocarem para reassentamentos providenciados pela empresa responsável pela construção da hidrelétrica.

Os autores mostram, assim, como a memória oral se torna um espaço de resistência frente ao apagamento imposto pelos grandes empreendimentos. Tais quais Parente e Silva Junior (2010), diversos autores têm se dedicado a registrar e interpretar essas experiências, dando voz a comunidades que, muitas vezes, foram silenciadas ou esquecidas ao longo do tempo. Jesus e Ertzogue (2018) abordam a saudade do rio como expressão das perdas afetivas e culturais. Oliveira (2019) examina as identidades e fronteiras das cidades ribeirinhas. Ertzogue, Ferreira e Marques (2017) interpretam a

desterritorialização como uma “morte do rio Tocantins. Parente e Silva Júnior (2019) discutem os sentidos do rio Tocantins na memória oral dos ribeirinhos, revelando como o curso d’água é simultaneamente estrada líquida e jazida energética. Trindade Júnior et al. (2018) ressaltam a história e as resistências das comunidades atingidas. Brito e Silva (2021) analisam as ressignificações da vida ribeirinha após o deslocamento para assentamentos, mostrando como o cotidiano foi reconfigurado.

Em conjunto, essas obras revelam que o rio não é apenas um recurso natural, mas um espaço de memória, identidade e resistência, cuja submersão representa uma ruptura profunda na vida das comunidades tradicionais.

Nesse contexto, a saudade do rio é também saudade de si — daquilo que se era quando se vivia às margens, quando o tempo era marcado pelo fluxo das águas, quando o território era vivido e não apenas ocupado. A desterritorialização imposta pelos empreendimentos hidrelétricos não apagou apenas cenários naturais: apagou sentidos, práticas e vínculos que sustentavam a cultura ribeirinha e a identidade coletiva. É nesse ponto que se insere a experiência da Comunidade da vila Pirraça, foco deste estudo.

Assim como Brito e Silva (2021) apontam as ressignificações da vida ribeirinha em assentamentos, os moradores da vila da Pirraça — famílias com modos de vida profundamente ligados ao rio — foram reassentados em diferentes áreas, tanto urbanas quanto rurais, distantes das margens. Esses novos espaços, muitas vezes planejados ou periféricos, não mantinham a mesma relação com o território original, comprometendo o cotidiano, os saberes e os vínculos afetivos da comunidade. A separação do rio representa mais do que uma mudança geográfica: trata-se de uma perda simbólica profunda, que compromete os modos de ser e os laços que sustentavam a cultura ribeirinha.

Os grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil, especialmente em áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades ribeirinhas, provocam não apenas alterações físicas no território, mas também conflitos sociais e apagamentos identitários. Ao desconsiderarem os vínculos afetivos e os saberes locais, esses projetos impõem uma lógica técnico-econômica que desloca comunidades e compromete modos de vida historicamente construídos. O território, nesse processo, é convertido em mercadoria, e sua dimensão vivida é apagada — restando à pesquisa acadêmica o papel de resgatar e preservar as vozes que denunciam esse apagamento.

Esse sentimento de pertencimento ao território é profundamente marcado pela memória afetiva das moradoras. Na pesquisa de Jesus e Ertzogue (2021), a entrevistada Joaquina, por exemplo, descreve o rio Tocantins como provedor, abrigo e cenário de vida.

Ela recorda que o rio “dava tudo o que a gente precisava”, mencionando com carinho as frutas no quintal, os alimentos cultivados para consumo e venda, os potes de barro que produzia com habilidade e a sombra fresca das árvores ao redor da casa. Lembra ainda das lavagens no riacho com as vizinhas e da brisa que aliviava o calor. Sua fala revela um cotidiano entrelaçado ao território, onde natureza, trabalho e afeto se fundiam (Jesus; Ertzogue, 2021, p. 173).

O Tocantins, mais do que paisagem, era sustento, memória e identidade. Essa dimensão também aparece na fala de Deuzimar, que reforça o papel vital do rio ao afirmar que ele alimentava a comunidade. Essas narrativas revelam como o território é vivido e significado pelas moradoras, atravessado por práticas cotidianas, afetos e lembranças. A memória coletiva, nesses contextos de deslocamento compulsório, torna-se instrumento de resistência e reconstrução identitária, reinventando o passado no presente e atribuindo novos sentidos ao território transformado em lugar (Jesus; Ertzogue, 2021, p. 173).

Na perspectiva desses autores, o processo da memória deixa de ser apenas lembrança e passa a atuar como força viva na reivindicação do direito ao território. Essa memória sustenta a continuidade simbólica da vida ribeirinha, mesmo diante da ruptura física. Ao rememorar as experiências vividas às margens do rio Tocantins, os ribeirinhos reafirmam sua identidade e sua ligação com o rio, ressignificando o espaço atual a partir daquilo que permanece na memória — como se o rio, mesmo ausente, ainda fluísse dentro deles.

Nesse contexto, a saudade do rio é também saudade de si — daquilo que se era quando se vivia às margens, quando o tempo era marcado pelo fluxo das águas, quando o território era vivido e não apenas ocupado. A desterritorialização imposta pelos empreendimentos hidrelétricos não apagou apenas paisagens: apagou sentidos, práticas e vínculos que sustentavam a cultura ribeirinha.

É nesse ponto que se insere a experiência da Comunidade Vila da Pirraça. Ela integra o grupo de ribeirinhos removidos pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, localizada entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins. Essa mudança forçada rompeu a relação direta com o rio Tocantins, que antes estruturava o cotidiano, os saberes e os vínculos afetivos da comunidade. O rio não era apenas um recurso natural: era parte da vida, da memória e da identidade coletiva. Como apontam Jesus e Ertzogue (2021), a separação do rio não representa apenas uma mudança geográfica, mas uma perda simbólica profunda — uma ruptura com o território vivido, com os modos de ser e com os laços que sustentavam a cultura ribeirinha.

Essa compreensão é reforçada por Saquet (2010, p. 77), ao afirmar que o espaço geográfico não é apenas palco ou substrato: ele possui valor de uso, valor de troca e significados distintos, sendo elemento constituinte do território. A remoção da comunidade da beira do rio comprometeu não apenas sua organização produtiva, mas também os sentidos atribuídos ao espaço — sentidos que sustentavam o cotidiano, os vínculos e a cultura ribeirinha.

Segundo Zhouri e Oliveira (2007), os grandes projetos hidrelétricos no Brasil rural provocam não apenas alterações físicas no território, mas também conflitos sociais e apagamentos simbólicos. Ao desconsiderarem os vínculos afetivos e os saberes locais, esses empreendimentos impõem uma lógica técnico-econômica que desloca comunidades e compromete modos de vida historicamente construídos, convertendo o território em mercadoria e apagando sua dimensão vivida.

Segundo Jesus e Ertzogue (2021), o pertencimento ao território, marcado pela memória afetiva das moradoras, aparece de forma vívida no relato da senhora Joaquina, que descreve o rio Tocantins como provedor, abrigo e cenário de vida:

O rio dava tudo o que a gente precisava, tudinho mesmo. No meu quintal tinha muita fruta, plantava quiabo, batata doce, abóbora, mandioca, fumo, pimentas, maxixe, tudo isso eu tinha lá, [...] parte era para consumo próprio e outra parte a gente vendia na feira. Outra coisa que eu adorava fazer era pote de barro, menino, era cada pote lindo que eu fazia. [...]. Minha casa era muito arejada e quando fazia calor colocava uma cadeira dessa na frente de casa e olhava a paisagem, só o vento acabava o calor. Nossa casa era rodeada de árvore, sombra boa [...]. Lavava no riacho junto com minhas vizinhas, era muito bom. (2021, p. 173)

Pousando o olhar sobre a narrativa registrada pelos autores, torna-se evidente o papel vital do rio como sustento e memória. Na fala de Joaquina, o Tocantins é mais que paisagem: é pertencimento e sobrevivência. Já Deuzimar reforça essa dimensão vital ao afirmar que “o rio alimentava a gente” (2021, p. 173). Essas vozes revelam que o rio não apenas fornecia recursos materiais, mas também sustentava identidades, práticas culturais e vínculos afetivos, reafirmando o território vivido como espaço de resistência. Essas narrativas revelam como o território é vivido e significado pelas moradoras, atravessado por práticas cotidianas, afetos e memórias. A memória coletiva, nesses contextos de deslocamento compulsório, torna-se instrumento de resistência e reconstrução identitária, reinventando o passado no presente e atribuindo novos sentidos ao território transformado em lugar. Nesse processo, a memória deixa de ser apenas lembrança e passa a atuar como força viva na reivindicação do direito ao território.

Brito (2020) destaca que, antes do deslocamento compulsório, a Ilha São José era marcada por intensa atividade agrícola e pesqueira, responsável pela subsistência das

famílias ribeirinhas e pela movimentação da economia local, especialmente por meio da feira de Babaçulândia aos finais de semana. Segundo relato de uma moradora, os ribeirinhos levavam para comercialização os produtos cultivados na roça — abóboras, quiabo, mandioca, arroz, feijão, frutas — além do pescado. Essa dinâmica revela o vínculo profundo entre território e modos de vida, evidenciado no processo de desterritorialização causado pela instalação da Usina Hidrelétrica Estreito.

O reassentamento das famílias no Assentamento Mirindiba exigiu reorganização das práticas produtivas e das relações com o espaço, gerando tensões entre os saberes tradicionais e as novas exigências do território. A feira, nesse contexto, ultrapassava a função econômica: era também um espaço simbólico de pertencimento, onde os produtos carregavam memórias, técnicas e afetos que resistem à ruptura provocada pelo deslocamento.

A feira, como espaço de circulação de saberes e produtos, revela o esforço das famílias em manter práticas tradicionais mesmo em novo território. A produção agrícola e pesqueira não representava apenas fonte de renda, mas também expressão de identidade.

Ao serem transferidas para o Assentamento Mirindiba, essas famílias enfrentaram o desafio de reconstruir seus modos de vida em espaço com lógicas produtivas distintas, exigindo adaptações sem romper com os vínculos afetivos e culturais que mantinham com o rio. Assim, o território deixa de ser apenas espaço físico e passa a ser vivido como lugar de memória e resistência.

Na análise da literatura de Eliseu Pereira de Brito (2021) e Marina Haizenreder Ertzogue (2019), emerge convergência de visões sobre os impactos dos deslocamentos compulsórios nas comunidades ribeirinhas. Apesar das diferentes abordagens disciplinares, ambos destacam o sentimento recorrente de perda e a necessidade de readaptação diante das transformações territoriais.

Tanto Brito (2021), com sua perspectiva da Geografia Humana, quanto Marina (2019), em suas abordagens historiográficas e ecológicas, evidenciam que a desconexão com o rio e o território tradicionalmente ocupados provoca abalos nas práticas cotidianas e na memória coletiva, levando à reconfiguração identitária. Esse ponto comum sugere que as experiências ribeirinhas, marcadas pela reestruturação dos espaços de vida e trabalho, reverberam nas dimensões afetivas e culturais das comunidades, independentemente do campo de análise.

Essa convergência teórica se materializa nas falas das próprias moradoras que prestaram depoimentos aos autores, expressam o sentimento de ruptura com o território

e a tentativa de reconstrução de vínculos afetivos e produtivos. O rio, mais do que recurso natural, é vivido como espaço de memória, sustento e identidade. A desconexão com esse território provoca não apenas mudanças materiais, mas também impactos profundos na subjetividade e nas práticas culturais, como evidenciado nos relatos sobre a feira de Babaçulândia, a pesca artesanal e o cultivo das roças. Assim, literatura e testemunhos se entrelaçam, revelando que a ressignificação do território é também forma de resistência e afirmação da identidade ribeirinha.

Essa dimensão simbólica e afetiva do território também é evidenciada no estudo de Ertzogue, Ferreira e Marques (2017), que documenta os impactos da hidrelétrica de Estreito sobre comunidades tradicionais do Tocantins. Em um dos relatos, uma moradora expressa com força o sentimento de desamparo diante do deslocamento forçado. Para as autoras:

O pessoal pensa que a gente está destruindo os projetos do governo. O que a gente quer são os nossos direitos. O direito de viver como a gente quiser. [...] Você cria os bichos, planta, faz sua casa e chega alguém dizendo que você tem que sair (2017, p. 55).

Esse testemunho revela que o rompimento com o território não se limita à perda física da terra, mas atinge diretamente os laços afetivos, os modos de vida e a autonomia das comunidades ribeirinhas, reafirmando o território como espaço de memória e resistência.

Essas vozes reafirmam que o território é vivido e ressignificado pelos ribeirinhos, atravessado por práticas, afetos e memórias. A memória coletiva, nesses contextos de deslocamento, atua como ferramenta de reconstrução identitária, atribuindo novos sentidos ao espaço transformado. Mais do que lembrança, ela se torna ação: uma força ativa que reivindica o direito de permanecer, resistir e reconstruir. Essa perspectiva também contribui para essa leitura ao destacar como os relatos dos ribeirinhos evidenciam o papel do rio na construção de vínculos afetivos e na sustentação da vida cotidiana.

2.3 O rio e sua dimensão econômica e cultural

O rio, assim, é memória, identidade, mas essa compreensão não basta para ser chegar a complexidade que o rio gera. De acordo com Trindade Júnior, Rosário, Costa e Lima (2011, p. 120), para compreender a territorialidade ao redor dos rios é preciso atentar para as características regionais. No caso do Tocantins, é preciso considerar

[...] a natureza como recurso importante para a dinâmica econômica e cultural desses núcleos urbanos, pois as principais atividades econômicas dessas

idades decorrem da agricultura e do extrativismo; a forte presença de populações tradicionais e aquelas outras de origem local, sendo pouco expressiva, de forma geral, a presença de migrantes, comparada à de outras sub-regiões de maior dinamismo das frentes de expansão; e o modelo de urbanização tradicional, que sugere uma configuração com pouca alteração do padrão beira-rio e com forte ligação a um centro regional primaz, evidenciando um desenho dendrítico de ordenamento do território.

De acordo com Oliveira, Maria de Fátima (2019, p.485):

Do mesmo modo que as identidades fornecem segurança e referência, também estabelecem limites e determinam fronteiras, pois, no processo de construção de uma identidade, determina-se, consciente ou inconscientemente, o que fica de dentro e o que fica de fora, demarcando, assim, as fronteiras. Visto dessa forma, as fronteiras entre o ribeirinho e o não ribeirinho não dependem de influências políticas, mas das estruturas sociais, que podem ser percebidas pelas diferenças no cotidiano, nas representações, no imaginário, nos sentimentos, nas teias de relações entre os ribeirinhos e o rio.

O rio Tocantins desempenha um papel fundamental na vida das populações ribeirinhas, especialmente nas regiões rurais e nas cidades com atrações turísticas. Mais do que um recurso natural, ele é meio de sobrevivência. É do rio que se tira o sustento — seja pela pesca, pela coleta de frutos ou pela agricultura de subsistência praticada nas margens. Além disso, o rio funciona como via de transporte, permitindo o escoamento da produção para feiras locais e o acesso a mercadorias essenciais. Independentemente da cidade em que se encontra, o rio é elemento estruturante da vida comunitária, conectando o povo à terra, à memória e às práticas culturais que sustentam seu modo de viver.

Nesse cenário, Brito (2018) destaca que a relação do ribeirinho com o rio Tocantins é marcada por afeto e dependência, pois dele depende para atividades como pesca, coleta de frutos e transporte de sua produção. Como afirma o autor, “a relação do ribeirinho com o rio Tocantins era/é de afeto e de dependência”, sendo o rio responsável por garantir a sobrevivência e a mobilidade desses sujeitos. Além disso, o autor observa que a criação do Lago da UHE Estreito provocou a interrupção das sociabilidades ribeirinhas, como os mutirões produtivos, além de deslocar famílias para áreas mais secas e distantes das margens. Esses impactos revelam como intervenções no território podem romper vínculos históricos e afetivos, desarticulando práticas tradicionais e comprometendo a autonomia das comunidades ribeirinhas.

Rodrigues e Medeiros (2024, p. 4) reforçam essa perspectiva ao destacar que:

[...] os camponeses-ribeirinhos amazônicos convivem em constantes laços comunitários e trocas de experiências vivenciadas, atreladas à apropriação e ao uso dos recursos naturais, extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, que se perpetuam na organização social[...] também possuem um sistema de valores, que envolve um conjunto de simbologias, crenças, ritos e mitos, muito particular no manejo e no uso dos recursos naturais, na prática da caça e da pesca, e percebido com uma “matriz de racionalidade ambiental”. [...] conhecimentos possibilitam aos camponeses-ribeirinhos interações múltiplas com o ambiente que os cerca e planejamento de estratégias de

sobrevivência, [...] o processo de coprodução, inerente ao modo de vida camponês, alinha interesses socioeconômicos e culturais ao respeito aos ecossistemas locais. {...}. (Rodrigues, R. P., & Medeiros, M. 2024, p4)

Essa constatação revela que, ao impor deslocamentos compulsórios e transferir famílias para áreas distantes do rio, os grandes empreendimentos fecham os olhos para a centralidade do rio e do território ribeirinho e para os vínculos afetivos e culturais que nele se enraízam. Ao desconsiderar que o rio é parte constitutiva da identidade e da memória coletiva, tais projetos não apenas rompem práticas produtivas e sociais, mas também promovem um processo de etnocídio, apagando modos de vida e saberes tradicionais que sustentam a existência das comunidades ribeirinhas.

Dessa forma, ao compreender a relação dos ribeirinhos com o rio Tocantins em seu percurso na região Norte, evidencia-se que o rio não é apenas um recurso natural, mas parte constitutiva da identidade e da memória coletiva dessas comunidades. Olhando na perspectiva das mudanças que atravessam o rio Tocantins e suas cidades ribeirinhas, percebe-se que tais mudanças não se limitam ao campo econômico ou territorial, mas também mobilizam diferentes áreas do conhecimento e preocupações sociais. Como observa Maria de Fátima Oliveira (2019):

As inúmeras transformações que estão ocorrendo no Rio Tocantins e, conseqüentemente, nas cidades ribeirinhas, com certeza inquietam não só historiadores, mas também antropólogos, geógrafos, ambientalistas e entidades preocupadas com seus impactos no meio ambiente nas populações ribeirinhas. Reconstituir a sua história a partir dos fragmentos dos diversos lugares da memória, portanto, contribui para uma melhor compreensão da natureza das mudanças e possibilita perceber quais foram seus desdobramentos nos diferentes períodos e contextos históricos. (2019, p. 485)

No meio das transformações do Tocantins, a região — outrora conhecida como Norte Goiano e hoje constituída como estado do Tocantins — se reinventa. A ponte, mais do que uma simples estrutura, representa um novo capítulo que se sobrepõe às memórias das margens. Porém, essas águas caudalosas guardam histórias e disputas que precisam ser constantemente redescobertas. O rio Tocantins, com suas águas que parecem abraçar o passado e o presente, desafia a cidade a olhar para si mesma e reconhecer que sua história é um mosaico de memórias, disputas e resiliência.

O rio Tocantins sempre foi mais do que um curso d'água: tornou-se espaço de vida, memória e identidade para as populações que habitam suas margens. Suas águas alimentaram práticas agrícolas, pesqueiras e extrativistas, definindo o ritmo da vida comunitária e moldando a cultura ribeirinha. É nesse contexto que se compreende a afirmação de Rodrigues & Medeiros (2024), ao destacarem que os camponeses-ribeirinhos detêm amplo conhecimento dos ambientes aquáticos e terrestres, mantendo

relações vitais com esses espaços. Assim, o rio aparece como elemento estruturante da vida ribeirinha, sustentando tanto a economia familiar quanto a memória coletiva.

Nesse contexto surge a figura do homem ribeirinho, que construiu sua vida em diálogo constante com o Tocantins. Ele cultivava nas áreas de várzeas ¹ — prática fértil e tradicional — aproveitando a riqueza dos solos inundáveis para plantar milho, arroz e hortaliças. Além disso, dedicava-se à pesca e ao extrativismo, compondo uma economia familiar sustentada pelo ritmo das águas. Como destacam Rodrigues & Medeiros (2024, p.2):

[...]Os camponeses-ribeirinhos amazônicos se distinguem dos demais povos tradicionais pelo seu modo de vida peculiar e, em seu cotidiano, detêm amplo conhecimento dos ambientes aquáticos e terrestres, mantendo relações vitais com esses ambientes, baseando-se nas práticas extrativistas e agroextrativistas, com gestão familiar sobre a Unidade de Produção Familiar[...]

Essa perspectiva reforça que o ribeirinho tocantinense, ao cultivar, pescar e comercializar, não apenas sustentava sua família, mas também alimentava a economia e a memória coletiva da região.

Fig. 4 – Feira comunitária na rua Frederico Lemos, Porto Nacional, 1980.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1CrwtfodKq/>. Acesso em: 26 set. 2025.

A fotografia da feira comunitária realizada na rua Frederico Lemos, em Porto Nacional, na década de 1980, revela o cotidiano ribeirinho em sua dimensão econômica e cultural. Nela, observa-se a comercialização de produtos das várzeas — farinha, feijão,

¹ As várzeas são planícies inundáveis situadas às margens dos rios, caracterizadas pela fertilidade dos solos devido à deposição de sedimentos, permitindo práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis (Benatti, 2016).

abóbora e batata-doce — ao lado de vasilhas de barro expostas em grande quantidade, indicando sua produção voltada para o comércio. A cena mostra que a feira não era apenas um espaço de troca de mercadorias, mas também de circulação de saberes, técnicas e símbolos da cultura material ribeirinha. Ao reunir alimentos e artefatos, produtores e consumidores, a feira se consolidava como lugar de sociabilidade e memória coletiva, reafirmando o papel do ribeirinho como elo entre natureza, economia e identidade cultural.

O excedente da produção ribeirinha era destinado às feiras locais, que se tornavam não apenas pontos de comercialização, mas também espaços de encontro e convivência. Ali circulavam produtos, histórias e memórias, fortalecendo os laços comunitários e reafirmando a identidade cultural da região. A feira, portanto, funcionava como extensão da vida ribeirinha: lugar onde o trabalho se transformava em sociabilidade e onde o rio se fazia presente, mesmo distante, através dos frutos de suas várzeas e pescarias.

Assim como as feiras comunitárias revelavam a força da sociabilidade e da economia popular nas margens do Tocantins, outros espaços também se consolidaram como símbolos da vida ribeirinha. Entre eles, destacam-se as praias² formadas ao longo do rio, que, a partir da década de 1980, passaram a representar não apenas locais de lazer e encontro, mas também oportunidades de geração de renda para as populações locais. Conforme observa Parentes (2020).

A partir da década de 1980, o Rio Tocantins volta a representar um valor simbólico sem precedentes para as populações ribeirinhas: as “praias “que se formam em todo o seu leito atraem investimentos de toda natureza. A exploração turística gera fontes de renda para uma grande parte da população mais carente das cidades ribeirinhas. Atuando como barqueiros, barraqueiros, ambulantes e comerciantes, os moradores locais, nas temporadas, aumentam suas possibilidades de ganho. (Parentes,2020, p.560)

Nesse contexto tais espaços atraíram investimentos diversos e se tornaram fonte de renda para grande parte da população mais carente das cidades ribeirinhas, que atuava como barqueiros, barraqueiros, ambulantes e comerciantes durante as temporadas. Além do lazer, as praias consolidaram-se como polos de dinamização econômica, reforçando a centralidade do rio na vida urbana e ribeirinha.

Conforme salienta Messias (2004), os habitantes de Porto Nacional possuíam uma intensa relação com o rio Tocantins, vivida em práticas cotidianas como pescar, nadar, navegar, plantar nas vazantes, poetizar e cantar. Essa experiência coletiva foi

² As chamadas praias de rio são formações temporárias de bancos de areia que surgem durante a estiagem, ao longo do leito do Tocantins. Conforme reportagem do G1 Tocantins (2013), essas praias se consolidaram como espaços de lazer e turismo, atraindo visitantes e gerando renda para comerciantes e moradores locais.

profundamente alterada com a implementação da hidrelétrica, que transformou o rio em lago e provocou a desagregação de valores tecidos ao longo do tempo.

A chegada da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ao rio Tocantins constituiu um marco na história recente de Porto Nacional, transformando profundamente a paisagem e o cotidiano das comunidades ribeirinhas. O lago artificial, anunciado pela mídia como promessa de progresso e desenvolvimento turístico, foi descrito pelo Jornal do Tocantins (2001) como um reservatório de 630 km² capaz de 'incrementar o turismo e a economia do Tocantins como um todo. Entretanto, a realidade vivida pelos reassentados revela um contraste marcante entre o discurso oficial e as experiências cotidianas. A paisagem, antes marcada pela fluidez das águas e pela mobilidade das embarcações, passou a ser reinterpretada diante da nova configuração espacial.

Nesse contexto, a memória e a identidade ribeirinha assumem papel central. Mesmo diante das alterações impostas pelo empreendimento, práticas culturais como festas, narrativas e modos de vida continuam a reafirmar a presença simbólica do rio na vida urbana. O Tocantins, ainda que transformado, permanece como referência de pertencimento e resistência cultural.

Por outro lado, o turismo e a economia contemporânea emergem como novas dimensões da relação com o rio. Contudo, observa-se uma redução em comparação às décadas anteriores, quando Porto Nacional recebia grandes multidões durante as temporadas de praia. Atualmente, o fluxo de visitantes já não apresenta a mesma intensidade, revelando mudanças nos padrões de lazer e na atratividade turística da região.

Há uma mudança notável na dinâmica das feiras locais. Onde antes predominava a presença dos agricultores ribeirinhos, que cultivavam nas várzeas do Tocantins — áreas naturalmente férteis, irrigadas pelas cheias do rio e que permitiam o plantio de subsistência com baixo custo —, hoje essa realidade praticamente desapareceu.

Os poucos ribeirinhos que resistem enfrentam grandes dificuldades, pois não estão mais nas margens do rio, mas sim do lago, onde o tipo de terra é mais duro e exige práticas de plantio convencionais, dependentes de insumos químicos e maior investimento financeiro. Essa transição evidencia a perda de um sistema agrícola tradicional e comunitário, substituído por uma lógica mais onerosa e distante da vida ribeirinha

Conforme Jesus e Ertzogue (2016), os moradores reassentados na área Flor da Serra, oriundos de comunidades ribeirinhas relatam que a baixa qualidade da terra e a escassez de água inviabilizaram a agricultura. Na entrevista concedida pelo senhor Tomé, revela-se que a terra era ruim, muito seca em razão das poucas chuvas, o que muitas

vezes atrasava o plantio. Dessa forma, a remoção das famílias em função da barragem não oportunizou a recondução de seu modo de vida e tampouco garantiu condições mínimas de permanência. Entre os vizinhos, predominava o sentimento de fracasso e solidão diante das dificuldades. Em contraste, o que se observa atualmente é a expansão da agricultura em larga escala, com a predominância do milho e da soja.

Porto Nacional consolidou-se como o maior produtor de milho e soja na região, evidenciando a transição para uma economia voltada ao agronegócio. Essa nova lógica substituiu o sistema de subsistência e trocas comunitárias que antes sustentava os ribeirinhos. Para aqueles que foram removidos e não conseguiram adaptar-se ao plantio convencional, a perda das várzeas férteis significou não apenas dificuldades materiais, mas também o sentimento de fracasso diante das tentativas frustradas de cultivo e a solidão resultante do abandono progressivo dos vizinhos. Assim, a expansão agrícola em larga escala confirma a ruptura entre o modo de vida tradicional e a realidade imposta pelo novo modelo econômico.

O percurso histórico de Porto Nacional revela que o rio Tocantins sempre foi mais do que um curso d'água. O rio se constituiu como matriz de vida, memória e identidade. Das feiras comunitárias às praias, das práticas agrícolas às disputas em torno da hidrelétrica, o Tocantins permanece como referência simbólica e cultural, mesmo diante das transformações impostas pela modernização e pelo agronegócio. Porto Nacional, portanto, é fruto de um mosaico de águas e memórias que continuam a desafiar a cidade a reconhecer sua história e sua resiliência.

3 HIDRELÉTRICA & DESTERRITORIALIZAÇÃO

Na história e na sociedade moderna, a energia elétrica é essencial tanto para resolver tarefas domésticas quanto para impulsionar o desenvolvimento econômico. Atualmente, a eletricidade é um dos pilares que sustentam o crescimento dos países, e o grau de desenvolvimento econômico de uma nação costuma ser medido pelo consumo e pela produção de energia. A eletricidade, além de estratégica, tornou-se elemento estruturante da vida moderna, influenciando diretamente o bem-estar da população e a dinâmica produtiva em diversos setores.

Nesse contexto, a construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs) é frequentemente apresentada como solução indispensável para garantir conforto à população e atender às demandas do crescimento econômico. No entanto, os benefícios da energia elétrica não são distribuídos de forma equitativa, e os custos sociais recaem sobre grupos historicamente vulnerabilizados. A construção de UHEs é uma das principais causas de desterritorialização de populações ribeirinhas, que são deslocadas de seus territórios tradicionais para dar lugar a esses grandes empreendimentos. Esse deslocamento forçado impacta profundamente o modo de vida dessas comunidades, tanto no aspecto social quanto econômico.

Raffestin (1993) argumenta que a desterritorialização desencadeia uma desestruturação nas práticas culturais e sociais dessas populações, comprometendo sua subsistência, pois a relação com o ambiente é essencial para a obtenção de recursos naturais necessários à sobrevivência. Além disso, os novos locais para onde são remanejadas frequentemente não oferecem as mesmas condições de vida, resultando na deterioração da qualidade de vida e no aumento da vulnerabilidade social. Esse modelo de desenvolvimento, centrado na expansão energética, frequentemente desconsidera os modos de vida tradicionais e impõe uma lógica de progresso que marginaliza os sujeitos do território.

Diante dos impactos sociais e ambientais provocados pela construção de Usinas Hidrelétricas, torna-se fundamental compreender como se estruturou historicamente a política energética brasileira voltada à exploração da hidreletricidade.

A análise dos antecedentes e das decisões políticas que moldaram esse setor permite identificar os fundamentos que sustentam a atual lógica de expansão hidrelétrica, bem como os interesses econômicos e estratégicos envolvidos.

Assim, no próximo item, será apresentada uma retrospectiva histórica da política energética no Brasil, com o objetivo de contextualizar o desenvolvimento do setor hidrelétrico e suas implicações socioambientais.

3.1 Histórico da política energética para exploração da hidreletricidade no Brasil

Diante dos impactos sociais e ambientais provocados pela construção de usinas hidrelétricas, torna-se fundamental compreender como se estruturou historicamente a política energética brasileira voltada à exploração da hidreletricidade. A análise dos antecedentes e das decisões políticas que moldaram esse setor permite identificar os fundamentos que sustentam a atual lógica de expansão hidrelétrica, bem como os interesses econômicos e estratégicos envolvidos. Assim, neste item, será apresentada uma retrospectiva histórica da política energética no Brasil, com o objetivo de contextualizar o desenvolvimento do setor hidrelétrico e suas implicações socioambientais.

Para compreender melhor o quadro do setor hidrelétrico brasileiro e todas as suas implicações, inclusive socioambientais, é necessário proceder a um breve relato sobre a retrospectiva histórica do setor no país. Nesse relato, de natureza prioritariamente histórica, destacam-se os fatos mais marcantes: não nos interessa, na presente dissertação, detalhar as diversas disputas entre os setores público e privado na condução de tal política. Nosso objetivo centra-se na contextualização da questão no contexto nacional, para que, posteriormente, possam ser discutidas as hipóteses pertinentes ao nosso estudo, incluindo as implicações socioambientais decorrentes da construção e operação das usinas hidrelétricas.

A implementação das usinas hidrelétricas no Brasil teve início por volta de 1880, com a construção da Usina Hidrelétrica de Ribeirão do Inferno, localizada em Minas Gerais. A UHE Ribeirão do Inferno foi instalada como uma iniciativa industrial, com o objetivo de gerar energia elétrica para a autoprodução destinada às indústrias têxteis e de mineração (Ayres, 2009). A primeira usina voltada ao serviço de utilidade pública foi a Usina de Marmelos – Zero, também situada em Minas Gerais, construída pela Companhia Mineira de Eletricidade e que entrou em operação em 1889.

O padrão de desenvolvimento adotado pelo Brasil nas décadas de 1960, 1970 e início da década de 1980 tinha como alvo transformar o perfil econômico produtivo do país, preparando-o para se tornar uma das grandes potências emergentes. A priorização das usinas hidrelétricas deveu-se principalmente ao vasto potencial hidrelétrico do

território nacional e à competitividade econômica dessa fonte (Goldemberg & Moreira, 2005). Nesse mesmo período, foi estabelecida a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras, em 1962, representando um marco na centralização da política energética nacional e consolidando o papel do Estado na expansão do setor hidrelétrico.

Conforme destaca Soares (2020), a consolidação da estrutura institucional do setor elétrico brasileiro envolveu não apenas a criação de empresas estatais como a Eletrobras, mas também o fortalecimento de mecanismos regulatórios e programas setoriais voltados à melhoria da governança e da sustentabilidade. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por exemplo, passou a desempenhar papel estratégico na regulação e fiscalização do setor, além de participar de iniciativas como o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação (PRO-REG), o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Tais programas refletem o esforço do Estado em promover maior eficiência, transparência e diversificação da matriz energética nacional.

No entanto, esse ciclo de expansão sofreu uma inflexão a partir de 1982, quando o país enfrentou uma grave crise econômica. A crise cambial, aliada ao agravamento dos problemas fiscais, impactou diretamente os investimentos no setor elétrico, provocando uma desaceleração significativa nos projetos em curso. A instabilidade econômica comprometeu a capacidade do Estado de manter o ritmo de desenvolvimento energético, evidenciando a fragilidade do modelo estatal centralizado.

Diante desse cenário, a partir da segunda metade da década de 1980, iniciou-se um processo de reestruturação do setor energético brasileiro. Motivado por pressões internas e externas para modernizar a economia e atrair investimentos estrangeiros, o país passou a discutir a possibilidade de permitir a entrada do setor privado em atividades que, até então, eram de responsabilidade exclusiva do Estado. Essa mudança foi impulsionada pela necessidade de estabilização econômica e pela adoção de políticas neoliberais, que incluíam a privatização de empresas estatais e a desregulamentação de setores estratégicos.

O movimento político de abertura e liberalização visava, sobretudo, reduzir o déficit fiscal, aumentar a eficiência dos serviços públicos e fomentar a competitividade no mercado. No setor elétrico, essa transição representou uma mudança paradigmática: de um modelo estatal centralizado para uma lógica de mercado, com maior participação de agentes privados na geração, transmissão e distribuição de energia. Essa nova

configuração trouxe consigo desafios e tensões, especialmente no que diz respeito à regulação, à justiça socioambiental e à preservação dos direitos das populações afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos.

Com o avanço da reestruturação do setor elétrico e a crescente participação de agentes privados, tornou-se necessário estabelecer mecanismos regulatórios mais robustos e independentes. Nesse contexto, foi criada, por meio da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com a missão de disciplinar o regime de concessões dos serviços públicos de energia elétrica e regular e fiscalizar as atividades de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em consonância com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo governo federal.

A criação da ANEEL representou um marco institucional importante, pois buscou garantir maior transparência, estabilidade regulatória e segurança jurídica aos investidores, ao mesmo tempo em que ampliava a capacidade do Estado de monitorar os impactos sociais e ambientais decorrentes da expansão do setor elétrico.

Contudo, esse modelo de desenvolvimento energético, baseado na lógica de mercado e na valorização econômica do território, entra em conflito direto com os modos de vida das populações ribeirinhas. Como afirmam Zhouri e Oliveira (2007, p. 120):

Ênfase será dada aos significados produzidos e articulados por duas racionalidades em confronto: de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária. Nesse campo de lutas, em que as diferentes posições sustentam forças desiguais, perpetuam-se políticas socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis, enquanto as comunidades ribeirinhas lutam contra uma lógica reificadora que as transforma em objeto na paisagem 'natural.

Essa citação reforça a crítica à racionalidade dominante que orienta a política energética brasileira, evidenciando que o território, longe de ser apenas um espaço físico, é também um espaço simbólico, vivido e disputado. A expansão hidrelétrica, embora justificada pelo discurso do progresso e da modernização, tem gerado processos de desterritorialização, exclusão e vulnerabilidade social, especialmente entre comunidades que mantêm relações profundas com seus territórios tradicionais.

Na década de 1990, o setor hidrelétrico brasileiro passou por mudanças estruturais profundas, em consonância com a tendência econômica liberal que predominava na América Latina. Esse período foi marcado pela intensificação das políticas de privatização de empresas estatais e pelo início da desregulamentação do setor elétrico,

com o objetivo de promover maior eficiência econômica, atrair investimentos privados e reduzir o papel do Estado na condução direta das atividades energéticas.

As reformas implementadas no setor elétrico contaram com o apoio da consultoria internacional Coopers & Lybrand, contratada em 1996. Segundo Rosa e Silva:

As reformas implementadas no setor elétrico tiveram o auxílio da consultoria internacional Coopers & Lybrand, contratada em 1996, com os seguintes objetivos, quais sejam: estruturar um modelo para o setor elétrico brasileiro adequado ao processo de privatizações; estruturar regras que viabilizassem o livre acesso à rede de transmissão para qualquer ator com atenção especial aos grandes consumidores; apresentar novas formas de comercialização de eletricidade entre as concessionárias e definir novos requisitos regulatórios para o setor. A reestruturação do setor elétrico visa, portanto, promover a eficiência econômica através da competição e a expansão por intervenção única do setor privado (2013, p. 20–21).

Olhando na perspectiva de Luiz Pinguelli Rosa (2013), o processo de privatizações no setor elétrico brasileiro estabeleceu regras para o livre acesso à rede de transmissão, redefinindo as formas de comercialização de eletricidade entre concessionárias e impondo novos requisitos regulatórios. A reestruturação visava promover a eficiência econômica por meio da competição e da expansão do setor privado.

Essa lógica de mercado, introduzida como solução para os desafios do setor, representou uma inflexão no papel do Estado, que passou de executor direto da política energética a regulador de um mercado em expansão. Embora apresentada como modernização, essa transição trouxe implicações profundas. A priorização da eficiência econômica e da competitividade nem sempre se traduziu em benefícios sociais amplos. Ao contrário, abriu espaço para: a centralidade do lucro como motor das decisões empresariais, muitas vezes em detrimento das necessidades das populações afetadas; a intensificação de desigualdades regionais e sociais, especialmente em áreas onde o acesso à energia permanece precário; o agravamento de conflitos socioambientais, com impactos diretos sobre comunidades ribeirinhas, indígenas e tradicionais, cujos modos de vida foram ameaçados pela expansão de grandes empreendimentos hidrelétricos.

A análise de Rosa (2013) revela que a reestruturação do setor elétrico não foi neutra nem meramente técnica, mas sim uma escolha política que redefiniu prioridades e moldou os contornos dos conflitos que se observam hoje. Essa transformação implicou na adoção de modelos gerenciais e na intensificação da lógica de mercado, favorecendo grandes empreendimentos em detrimento das populações diretamente afetadas. Compreender essa mudança é essencial para analisar criticamente os impactos da política energética sobre os territórios e os modos de vida das comunidades atingidas,

especialmente aquelas que vivenciam processos de deslocamento e perda de vínculos com seus espaços tradicionais.

A Tabela 1, a seguir, apresenta uma síntese dos principais atos legais promovidos no âmbito da reforma do setor elétrico brasileiro, abrangendo o período entre o final dos anos 1980 e o ano 2000 — intervalo em que Comunidade Pirraça foi deslocada novas áreas de moradia. A tabela destaca o ano de promulgação, a legislação correspondente e os principais conteúdos de cada instrumento normativo.

Tabela 1 – Principais atos legais da reforma do setor elétrico brasileiro (1987–2000)

Ano	Instrumento Legal	Pontos mais importantes
1987	REVISE ³ (Grupo de Trabalho Setorial)	Iniciativa técnica para revisar o modelo do setor elétrico; propôs maior eficiência e abertura ao setor privado.
1988	Constituição Federal	Exige licitação para concessões de serviços públicos (Art. 175); reforça direitos sociais e ambientais.
1993	Decreto nº 774	Extingue o IUEE; transfere tributação para ICMS; reativa a Reserva Global de Reversão (RGR).
1993	Decreto nº 915	Autoriza consórcios de empresas para geração de energia elétrica para consumo próprio (autoprodutores).
1995	Decreto nº 1.503	Inclui empresas do setor elétrico no Programa Nacional de Desestatização (PND).
1995	Lei nº 8.987	Regulamenta concessões e permissões de serviços públicos; reforça exigência de licitação.
1995	Lei nº 9.074	Cria o Produtor Independente de Energia; garante livre acesso às redes; institui o consumidor livre.

³O REVISE (Revisão do Setor Elétrico) foi um grupo de trabalho criado em 1987, durante o governo de José Sarney, por iniciativa do Ministério de Minas e Energia. Embora não tenha sido formalizado por meio de lei ou decreto, teve papel estratégico ao propor diretrizes para modernização, racionalização dos investimentos e abertura à iniciativa privada no setor elétrico. Suas recomendações influenciaram diretamente os atos legais que compuseram a reforma nos anos seguintes.

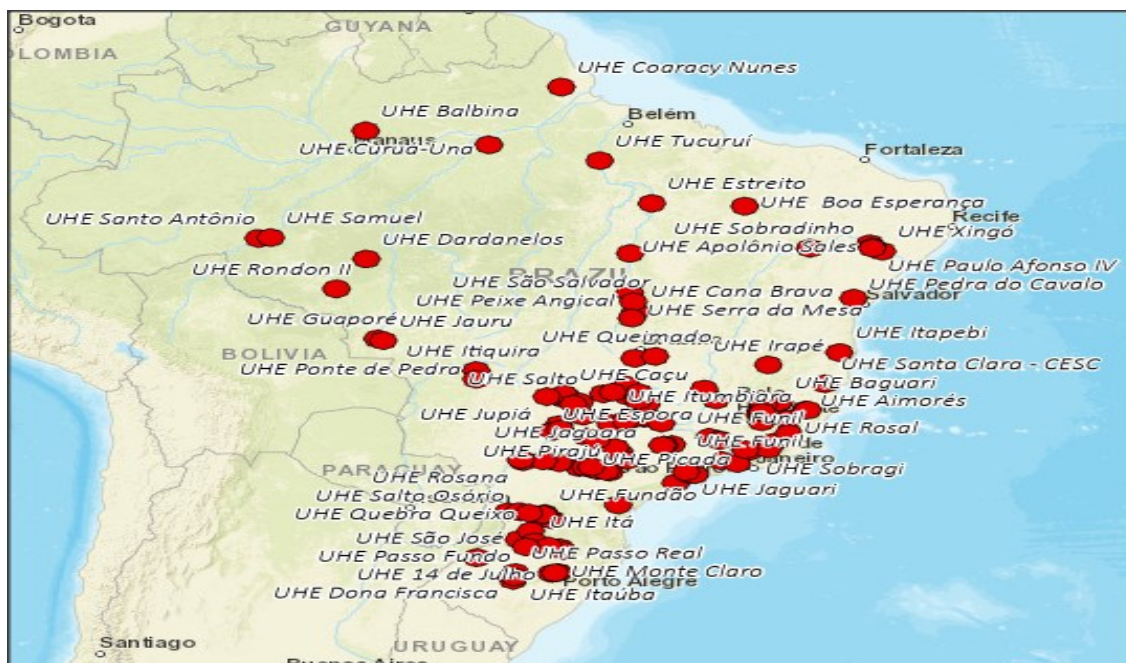
1996	Lei nº 9.427	Cria a ANEEL; estabelece regulação e fiscalização do setor elétrico.
1998	Lei nº 9.648	Reestrutura a Eletrobras; cria o MAE e o ONS.
2000	Lei nº 9.991	Obriga investimentos em P&D e eficiência energética pelas concessionárias.

Fonte: Elaboração da autora com base nas legislações e referências citadas na seção de Referencial Bibliográfico.

Esse contexto também foi marcado pela expansão do número de usinas hidrelétricas distribuídas por diferentes regiões do país. Atualmente, o Brasil conta com mais de 200 empreendimentos em operação, totalizando uma capacidade instalada superior a 100.000 megawatts (MW). A maior concentração de usinas se encontra na região Sudeste, impulsionada pela elevada demanda energética, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste abrigam grandes projetos que se beneficiam da abundância de recursos hídricos. Esse crescimento evidencia o papel estratégico das hidrelétricas na matriz energética brasileira, ao mesmo tempo em que levanta desafios complexos relacionados à conciliação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental — como ilustrado na Figura 5.

Os dados utilizados para a elaboração do mapa foram obtidos por meio da plataforma SNIRH Batimetria, disponibilizada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que reúne informações georreferenciadas sobre os reservatórios das UHEs brasileiras (<https://link.ana.gov.br/snirhbatimetria>).

Fig 5 – Localização das principais Usinas Hidrelétricas (UHE) no Brasil.



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA

Conforme apontado por Carlos B. Vainer (2004), o avanço dos projetos hidrelétricos foi impulsionado por políticas econômicas liberais, ao mesmo tempo em que gerou um aumento significativo na preocupação com questões ambientais e sociais. Essa mudança reflete a crescente pressão da sociedade civil e dos movimentos ambientalistas, que passaram a questionar os impactos socioambientais da construção e operação das usinas.

Entre esses impactos, destacam-se o deslocamento de comunidades locais, a degradação de ecossistemas e a fragmentação territorial, o que evidencia a necessidade de maior integração entre as políticas energéticas e ambientais, a fim de garantir uma gestão sustentável dos recursos hídricos. Milton Santos (1999) aprofunda essa crítica ao afirmar:

As grandes hidrelétricas e as grandes cidades, dois objetos enormes cuja presença tem um papel de aceleração das relações predatórias entre o homem e o meio, impondo mudanças radicais à natureza. [...] Tanto as grandes hidrelétricas, quanto as grandes cidades, surgem como elementos centrais na produção do que se convencionou chamar de crise ecológica, cuja interpretação não pode ser feita sem levar em conta, mais uma vez, a tipologia dos objetos técnicos e as motivações de seu uso no presente período histórico (1999, p. 170).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que os empreendimentos hidrelétricos não apenas transformam o território físico, mas também intensificam fluxos econômicos que frequentemente beneficiam agentes externos, em detrimento das populações locais. A contradição entre o aumento do investimento público e a descapitalização social e ambiental das regiões atingidas consagra um modelo de desenvolvimento que, embora promova crescimento econômico, amplia a vulnerabilidade ecológica e social.

Frequentemente, somos levados a acreditar que a construção de hidrelétricas é sinônimo de progresso econômico, integração global e garantia de desenvolvimento. No entanto, essas promessas podem mascarar uma realidade menos favorável. Santos (1999) argumenta que, apesar de esses projetos serem apresentados como soluções racionais e benéficas, eles podem, na verdade, desestabilizar nossa relação com a natureza e acentuar as desigualdades sociais.

O aumento do consumo de energia elétrica no Brasil impulsionou a necessidade de expansão do setor elétrico no país, resultando na instalação de usinas em diversos estados. Contudo, junto com o crescimento na geração de energia, surgem impactos significativos para as populações e o ambiente. No estado do Tocantins, por exemplo, a criação da UHE Luís Eduardo Magalhães — uma das principais usinas do estado — gerou consequências importantes que precisam ser consideradas.

3.2 Política energética para exploração da hidreletricidade no Tocantins

Após sua formação como estado, em 1988, o Tocantins iniciou uma trajetória de desenvolvimento e modernização. A nova unidade federativa passou a utilizar sua localização estratégica na Amazônia Legal como um diferencial para atrair investimentos públicos e privados. Esses investimentos foram fundamentais para a implantação de projetos de desenvolvimento que transformaram a região, anteriormente considerada sem interesse pelo governo central.

No final da década de 1990, o Governo Federal brasileiro lançou o Plano Plurianual (PPA) 2000–2003⁴, com o propósito de estabelecer uma nova abordagem para o planejamento do desenvolvimento nacional. Neste plano, figuram cinco eixos: (1) Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, (2) Gestão do Estado, (3) Gestão Ambiental, (4) Empregos e Oportunidades de Renda e (5) Informação e Conhecimento.

O eixo 1 está relacionado à promoção e a articulação territorial por meio de grandes corredores logísticos e polos regionais e objetiva reduzir desigualdades regionais e ampliar a infraestrutura de transporte, energia e comunicações; o eixo dois foca na modernização da máquina pública e busca maior eficiência, transparência e controle social sobre as ações governamentais, incluí também reformas administrativas e fortalecimento da gestão fiscal; o eixo três busca integrar políticas de desenvolvimento com preservação ambiental, prioriza o uso sustentável dos recursos naturais e o combate à degradação ambiental, incentiva ainda a educação ambiental e o fortalecimento da legislação ecológica; o eixo quatro visa estimular a geração de empregos e o empreendedorismo, apoia micro e pequenas empresas, além de programas de capacitação profissional e busca promover a inclusão produtiva e o combate ao desemprego estrutural; o eixo cinco está relacionado à informação e conhecimento, ao investimento em ciência, tecnologia e inovação e à ampliação do acesso à educação de qualidade e à cultura digital.

⁴ Esses projetos estratégicos estão descritos no Plano Plurianual 2000–2003, disponível no site oficial do [Ministério do Planejamento e Orçamento](#).

Segundo Zitzke (2007), o programa Brasil em Ação incorporou ao conceito de eixo a dimensão do desenvolvimento social, introduzindo, ainda que de forma experimental, uma perspectiva integrada e sinérgica das ações governamentais nos espaços regionais. Essa concepção foi operacionalizada por meio da implantação de projetos distribuídos por todo o território nacional, com o objetivo de reforçar a articulação entre as diferentes regiões e promover a coesão territorial.

Nesse contexto, tornou-se evidente a necessidade de aprofundar os estudos sobre os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, com vistas a subsidiar o planejamento estratégico do governo federal. O estudo desses eixos passou a representar uma verdadeira radiografia das realidades regionais, revelando potencialidades e obstáculos ao crescimento, e contribuindo para a formulação de diretrizes voltadas ao desenvolvimento econômico e social do país.

O Estado do Tocantins foi inserido no Eixo Araguaia-Tocantins, um dos componentes dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Essa iniciativa visava promover o desenvolvimento regional por meio da ampliação da infraestrutura e da integração econômica. O eixo abrange áreas dos estados de Tocantins e Goiás, bem como partes do Pará e do Mato Grosso, e tinha como objetivo central a melhoria da infraestrutura de transporte — incluindo rodovias, ferrovias e hidrovias — para facilitar a circulação de bens e pessoas, além de fomentar o crescimento econômico e social.

Entre os objetivos estratégicos do eixo destacam-se: a ampliação da infraestrutura, a atração de investimentos, a integração regional e a promoção da sustentabilidade ambiental.

A construção da Usina Hidrelétrica do Lajeado (UHE Lajeado), também denominada Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, representa um marco relevante no processo de desenvolvimento energético da região. Localizada às margens do rio Tocantins, a usina possui potência instalada de 950 MW e um reservatório com área de aproximadamente 750 km². A energia gerada atende não apenas à crescente demanda regional, como também é distribuída para outras localidades, contribuindo para a integração energética nacional.

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento constituíram uma verdadeira radiografia das realidades regionais, revelando tanto as potencialidades quanto os obstáculos ao crescimento. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais ampla do Brasil e a definição de rumos para o desenvolvimento econômico e social. O Estado do Tocantins foi incluído no Eixo Araguaia-Tocantins, voltado à promoção do

desenvolvimento regional por meio da infraestrutura e da integração econômica. Contudo, a implementação de grandes projetos nesse eixo, como hidrelétricas e obras de transporte, também gerou tensões sociais e ambientais que precisam ser consideradas na avaliação dos resultados.

Focando na região dos estados de Tocantins e Goiás, bem como partes do Pará e Mato Grosso, o eixo visava melhorar a infraestrutura de transporte (rodovias, ferrovias e hidrovias) para facilitar a movimentação de bens e pessoas, promovendo o desenvolvimento econômico e social. Apesar da proposta dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento buscar uma articulação entre infraestrutura e inclusão social, o modelo adotado revela contradições profundas quando confrontado com os impactos reais sobre os territórios.

No Tocantins, por exemplo, a instalação de grandes empreendimentos como a UHE Luís Eduardo Magalhães trouxe benefícios econômicos pontuais, mas também gerou deslocamentos populacionais, perda de modos de vida tradicionais e degradação ambiental. A lógica de desenvolvimento baseada na expansão de infraestrutura tende a privilegiar interesses econômicos de grandes grupos empresariais, enquanto marginaliza comunidades locais e ignora dinâmicas socioculturais específicas. Além disso, a ausência de mecanismos eficazes de participação popular nos processos decisórios compromete a legitimidade das ações governamentais e reforça assimetrias históricas.

A lógica de desenvolvimento adotada nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento revela tensões profundas entre os interesses empresariais e as realidades territoriais. Carlos Brandão (2007, p. 49) observa que;

As regiões se transformam em ofertantes de plataforma e de ‘meio ambiente ameno’ para atrair investimentos, não importando sua articulação com a própria hinterlândia ou outras porções do país”. Essa afirmação evidencia como o território é instrumentalizado para atender às demandas do capital, muitas vezes em detrimento das populações locais. A competição entre regiões, marcada por guerras fiscais e subsídios públicos, transforma o planejamento territorial em um “torneio locacional (2007, p. 49).

Nesse cenário competitivo, vence o território que oferece maiores vantagens às grandes empresas — seja por meio de incentivos fiscais, infraestrutura ou disponibilidade de terras. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento frequentemente exclui as comunidades vizinhas aos empreendimentos, que acabam enfrentando deslocamentos forçados, perda de modos de vida tradicionais e degradação ambiental. A crítica de Brandão (2007) reforça a urgência de repensar os critérios que orientam o planejamento territorial, incorporando perspectivas que valorizem a justiça socioambiental, a diversidade regional e o protagonismo das populações diretamente afetadas.

Os principais objetivos incluíam a melhoria da infraestrutura, atração de investimentos, integração regional e sustentabilidade ambiental. De acordo com Zitzke.;

A bacia dos rios Araguaia-Tocantins possui posição estratégica que facilita o processo de integração do eixo homônimo, apresentando grande potencial energético. Diversas obras de geração e transmissão estão em andamento ou previstas, com participação de concessionárias como CEB, CELG, CELTINS, ELETRONORTE e CEMAR. Destacam-se as linhas de transmissão Norte-Sul, interligando Imperatriz (MA) a Serra da Mesa (GO), com 1.030 km de extensão; a linha UHE Lajeado–Miracema (40 km); Miracema–UHE Sobradinho (888 km); além das usinas UHE Lajeado (850 MW), UHE Serra Quebrada (1.330 MW) e UHE Tucuruí – Etapa 2 (4.125 MW) (2007, p. 67).

A construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, no Estado do Tocantins, representa um marco de profundas transformações territoriais, sociais e ambientais. Embora o discurso oficial enfatize os benefícios da obra — como o aumento da disponibilidade de energia elétrica e o estímulo ao desenvolvimento industrial e agrícola — os impactos negativos sobre as populações locais e os ecossistemas são expressivos e, em muitos casos, irreversíveis.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a formação do reservatório resultou na perda de aproximadamente 75 mil hectares de terras, afetando diretamente pequenas propriedades: “60% das propriedades a serem inundadas possuem menos que 80 ha” (RIMA, 2000, p. 74). Essa realidade comprometeu modos de vida tradicionais e atividades produtivas consolidadas, especialmente na agricultura familiar. Além disso, o documento destaca que “a perda e fragmentação de habitats, redução de populações vegetais e animais [...] significará redução da biodiversidade (ou erosão genética) a nível regional” (RIMA, 2000, p. 74), evidenciando que os impactos ambientais extrapolam a escala local e afetam o equilíbrio ecológico de toda a região do médio Tocantins.

A obra também provocou alterações nas comunidades de peixes, deterioração da qualidade da água — sobretudo durante o enchimento do reservatório — e o desaparecimento das praias fluviais, antes utilizadas para lazer e atividades econômicas. Como aponta o RIMA, houve “consequências estéticas e sanitárias na frente das cidades de Palmas e Porto Nacional” (RIMA, 2000, p. 75), resultado da formação de áreas alagadiças e da elevação do lençol freático. Tais efeitos atingem diretamente o cotidiano urbano e a qualidade de vida da população.

Embora o aumento da arrecadação municipal e a geração de empregos durante a construção sejam mencionados como compensações, esses benefícios não suprimem os prejuízos vivenciados pelas comunidades atingidas. A interrupção de vias de ligação, a perda do potencial de exploração de argilas para a indústria cerâmica regional e a

estabilização de encostas marginais são exemplos de impactos que exigem uma abordagem mais sensível e integrada ao planejamento territorial.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a lógica compensatória adotada não é suficiente para garantir justiça socioambiental. É necessário repensar os modelos de desenvolvimento que priorizam grandes empreendimentos em detrimento da diversidade cultural, ecológica e econômica dos territórios. A experiência da UHE Lajeado revela que o verdadeiro progresso só pode ser alcançado quando se respeita o direito das populações de permanecer em seus espaços, com dignidade e autonomia.

No entanto, de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a implantação da usina resultou em impactos ambientais e sociais relevantes. O principal impacto identificado foi o deslocamento de aproximadamente 1.500 famílias que habitavam a área do reservatório, sendo quase 1.000 da zona rural e mais de 500 em áreas urbanas. Para mitigar esses impactos, o RIMA destacou programas ambientais como o remanejamento da população rural, incluindo reassentamento de pequenos proprietários, e a relocação de núcleos urbanos, como Lajeadozinho, Vila Graciosa e Vila Canela.

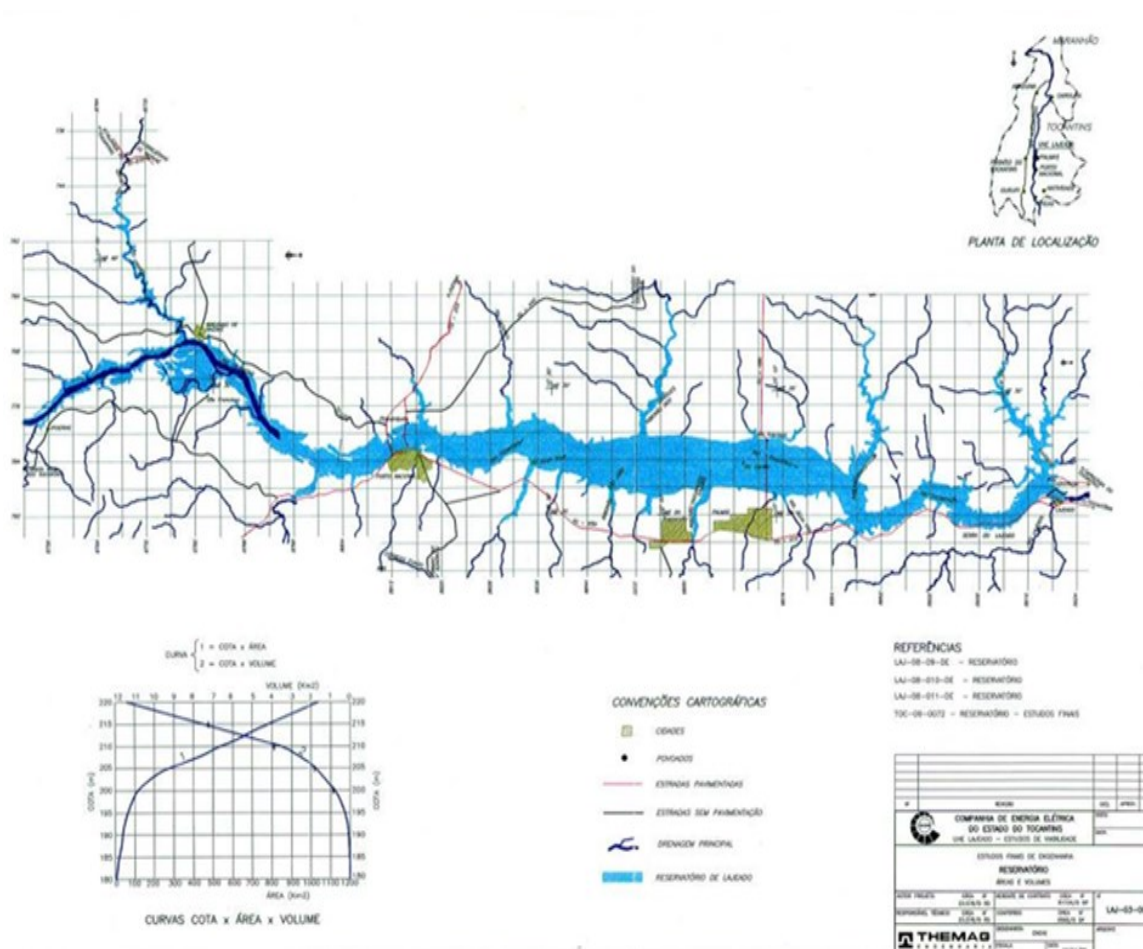
Além disso, o RIMA ressaltou medidas como a adequação de serviços públicos para atender ao aumento populacional nas cidades vizinhas, a implantação de unidades de conservação e projetos de pesquisa de flora e fauna, e a construção de um sistema de transposição de peixes. Foram também planejadas melhorias na infraestrutura viária, elétrica e sanitária, incluindo a transposição do reservatório ao norte de Palmas, para conexão com Paraíso do Tocantins na rodovia Belém-Brasília, bem como a recomposição de áreas de turismo e lazer, como praias em Porto Nacional e Palmas.

Assim, embora a construção da UHE Lajeado tenha representado um avanço no setor energético, é fundamental que os projetos de desenvolvimento considerem não apenas os indicadores econômicos, mas também os impactos sociais e ambientais sobre os territórios e suas populações. A superação das contradições apontadas exige um planejamento territorial mais sensível às realidades locais, capaz de promover inclusão, sustentabilidade e justiça socioambiental.

A área diretamente afetada pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Lajeado pode ser visualizada na figura a seguir. O mapa apresenta os limites do reservatório, os principais cursos d'água, as rodovias existentes e planejadas, além das áreas de cobertura vegetal. Também é possível observar a relação entre a elevação do terreno (cota), a área inundada e o volume de água armazenado, conforme indicado no gráfico "Curvas Cota x Área x Volume".

Essa representação cartográfica permite compreender a extensão territorial do impacto ambiental e social causado pela implantação da UHE Lajeado, bem como os municípios diretamente envolvidos.

Fig 6– Mapa da área de influência da UHE Lajeado.



Fonte: EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Lajeado. Elaborado pela Companhia de Engenharia Elétrica do Rio de Janeiro & THEMAG Engenharia Ltda.

A análise espacial apresentada na Figura 6, ao ilustrar os limites do reservatório da UHE Lajeado e os elementos geográficos da região, não revela apenas os impactos ambientais e infraestruturas da obra, mas também antecipa os efeitos mais profundos e subjetivos da desterritorialização. A seguir, discutiremos como esses deslocamentos físicos se entrelaçam com rupturas identitárias e simbólicas, evidenciando que o espaço afetado não é apenas uma área delimitada por coordenadas, mas sim um território carregado de memórias, práticas sociais e afetos.

3.3 Identidade e Espaço: o fenômeno da desterritorialização em projetos Hidrelétricos

Os grandes empreendimentos hidrelétricos, como a construção de usinas, vão além das transformações físicas no território; eles desencadeiam questões existenciais profundas. Quando se pensa em desterritorialização, vêm à mente os versos de Carlos Drummond de Andrade, que expressam com intensidade a sensação de ruptura, vazio e desorientação vivenciada pelas populações afetadas por esses projetos.

E agora, José?
 A festa acabou,
 a luz apagou,
 o povo sumiu,
 a noite esfriou,
 (...)
 o bonde não veio
 o riso não veio,
 não veio a utopia..."

(Drummond de Andrade, Carlos, 2012, p. 23 e 24)

Para muitos, o deslocamento de suas terras e a perda de seus referenciais culturais representam um vazio que exige reconstrução não apenas material, mas também simbólica. Como afirma Bourdieu (1997, p. 160), “o espaço habitado é também o espaço do habitus”, ou seja, o território molda práticas, afetos e identidades. No contexto da Usina Hidrelétrica de Lajeado, esse processo de desterritorialização evidencia os desafios da reinvenção da identidade e da relação com o espaço.

A partir do verso de Drummond, “E agora, José?”, que simboliza a ruptura e a necessidade de reorientação, é possível analisar a desterritorialização como um fenômeno multifacetado nos projetos hidrelétricos. Esse conceito, aplicado ao contexto da UHE Lajeado, permite aprofundar a compreensão dos impactos sociais, culturais e ambientais provocados pelo deslocamento de populações ribeirinhas e pela reconfiguração dos espaços. Como destaca Raffestin (1993), o território é sempre resultado de relações de poder, sendo apropriado, controlado e ressignificado por diferentes agentes sociais.

Do ponto de vista sociológico, a desterritorialização está intrinsecamente ligada à perda do vínculo territorial dos grupos sociais deslocados, que enfrentam desafios significativos para reconstruir suas identidades culturais e redes de sociabilidade.

Como afirma Haesbaert (2004, p. 173), “a desterritorialização implica a ruptura de laços sociais, culturais e simbólicos que estruturam a identidade dos grupos sociais”. Além disso, a transformação física do território — com a criação de reservatórios e a modificação de ecossistemas — altera profundamente as dinâmicas de pertencimento e a relação das populações ribeirinhas com o espaço.

Saquet (2010) reforça que o espaço geográfico possui tanto valor de uso quanto de troca, sendo indissociável das práticas sociais e das territorialidades que nele se desenvolvem.

No âmbito ambiental, os projetos hidrelétricos também geram uma “desterritorialização ecológica”, na qual espécies animais e vegetais sofrem com as mudanças em seus habitats naturais. Esse fenômeno, frequentemente negligenciado nos discursos sobre desenvolvimento, reforça a urgência de conciliar progresso tecnológico com sustentabilidade socioambiental.

Ao analisar os programas mitigatórios destacados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Usina Hidrelétrica de Lajeado, observa-se uma tentativa institucional de minimizar os efeitos negativos do empreendimento sobre os grupos sociais atingidos. Essas ações foram executadas entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, e incluíram programas de reassentamento, indenizações financeiras, capacitação profissional, construção de infraestrutura básica e acesso a serviços públicos.

No entanto, tais medidas, embora relevantes, revelam-se frequentemente insuficientes diante da complexidade dos impactos gerados pela desterritorialização. A lógica que orienta esses programas tende a priorizar a compensação material, desconsiderando os aspectos simbólicos, afetivos e identitários que compõem o vínculo das populações ribeirinhas com seus territórios. Conforme argumenta Haesbaert (2019):

O território é sempre uma construção social, resultado de relações de poder que se expressam na apropriação e no controle do espaço. Assim, a simples transferência de famílias para áreas urbanas, sem considerar suas formas de organização social, modos de vida e relações com o meio ambiente, resulta em processos de desestruturação social e cultural (2019, p. 105).

Além disso, os programas mitigatórios muitas vezes não contemplam os impactos cumulativos e de longo prazo. A perda de acesso à terra, à água e aos recursos naturais comprometeu a sustentabilidade econômica das famílias reassentadas, ao mesmo tempo em que a inserção em contextos urbanos gerou novas formas de vulnerabilidade, como o desemprego, a insegurança alimentar e a exclusão social.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender o território não apenas como espaço físico, mas como espaço vivido, onde se entrelaçam relações sociais, afetivas e simbólicas que conferem sentido à existência dos grupos que o habitam. Essa perspectiva revela que o território é um campo de disputas e significações, marcado por relações de poder, pertencimento e identidade.

Quando novas territorialidades são impostas sem diálogo com as populações locais, há uma tendência de intensificação das desigualdades sociais, pois tais

intervenções desconsideram os modos de vida e os vínculos afetivos, culturais e comunitários que estruturam a relação dos sujeitos com o território.

Fernandes (2009) destaca que essa ausência de escuta e participação dos sujeitos envolvidos contribui para o agravamento dos conflitos territoriais. No entanto, é justamente nesse contexto de exclusão que emergem práticas de resistência, por meio das quais os grupos afetados reivindicam seus direitos, reafirmam suas identidades e lutam pela permanência em seus espaços. A resistência, portanto, não apenas denuncia os processos de exclusão, mas também afirma a legitimidade das territorialidades originárias, configurando-se como expressão de justiça social e territorial.

Diante do exposto, compreende-se que a desterritorialização provocada por grandes empreendimentos hidrelétricos, como a UHE Lajeado, ultrapassa a mera remoção física de comunidades de seus espaços de origem. Trata-se de um processo complexo e multidimensional, que compromete profundamente os vínculos identitários, culturais, simbólicos e ecológicos que sustentam a vida coletiva.

A ruptura com o território implica a perda de referenciais de pertencimento, de práticas cotidianas e de modos de vida historicamente construídos, exigindo das populações afetadas um esforço contínuo de reinvenção e adaptação.

Autores como Haesbaert (2004, 2019), Raffestin (1993), Saquet (2010), Fernandes (2009) e Bourdieu (1997) oferecem uma leitura crítica desse fenômeno ao enfatizarem que o território não se limita a uma base física ou geográfica: trata-se de um espaço vivido, apropriado, disputado e carregado de significados, que estrutura identidades individuais e coletivas.

Como afirma Saquet (2010, p. 75), o território é o espaço apropriado por um grupo social, carregado de valores, símbolos, afetos e memórias, sendo, portanto, expressão da identidade e da existência coletiva. A análise dos programas mitigatórios implementados no contexto da UHE Lajeado revela que, embora tenham buscado atender às exigências técnicas e legais, tais medidas negligenciaram a centralidade do território como dimensão existencial, simbólica e política.

Assim, a desterritorialização deve ser compreendida não apenas como deslocamento geográfico, mas como um processo de desestruturação social que demanda respostas mais sensíveis, participativas e integradas. Reconhecer o território como direito — e não apenas como recurso — constitui um passo fundamental para a formulação de políticas públicas que respeitem a dignidade, a memória e a autonomia das comunidades

4 O VIVER LONGE DO RIO

Analisar criticamente os impactos do reassentamento da comunidade da Vila da Pirraça exige ir além da avaliação de indicadores socioeconômicos. É necessário compreender como o deslocamento compulsório, provocado pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, afetou dimensões fundamentais da vida coletiva — como a renda, a educação e a saúde — a partir da ruptura com o território tradicionalmente vivido. O território, nesse contexto, não é apenas um espaço físico, mas um campo simbólico, afetivo e político, onde se constroem identidades, se reproduzem modos de vida e se estabelecem redes de solidariedade.

Assim, o objetivo deste capítulo é analisar o processo de deslocamento e reassentamento dos ribeirinhos da Vila Pirraça. Para tanto iniciaremos com algumas reflexões acerca das territorialidades interrompidas e de deslocamento forçado. A remoção forçada da comunidade para áreas urbanas de Porto Nacional não representou apenas uma mudança de localização, mas uma descontinuidade nas práticas cotidianas, nos vínculos sociais e nas estratégias de sobrevivência historicamente construídas. A desterritorialização, portanto, não se limita à perda de um lugar, mas implica a fragmentação de sentidos, a desestruturação de vínculos e a necessidade de reinvenção identitária.

Além disso, os efeitos do deslocamento não se encerram no momento da remoção. Eles se acumulam ao longo do tempo, afetando múltiplas dimensões da vida das populações atingidas. Trata-se do que a literatura crítica denomina impactos cumulativos — um conjunto de perdas materiais e simbólicas que se sobrepõem e se intensificam com o passar dos anos.

4.1 Territorialidades Interrompidas

Haesbaert (2004) observa que a desterritorialização não constitui um evento pontual, mas sim um processo contínuo, capaz de produzir fragmentações identitárias e instabilidade social duradoura. Esse movimento disruptivo interfere diretamente nos vínculos territoriais, nas práticas culturais e nos arranjos comunitários que sustentam o cotidiano das populações atingidas.

A Comissão Mundial de Barragens (WCD, 2000) corrobora essa leitura ao destacar que a ausência de planejamento apropriado nos projetos de reassentamento

compromete seriamente a sustentabilidade das comunidades deslocadas. A desarticulação dos modos de vida tradicionais e a falta de medidas reparatórias eficazes tendem a intensificar os impactos ao longo do tempo, gerando ciclos prolongados de vulnerabilidade.

A compreensão do território como simples extensão física ou delimitação administrativa revela-se limitada frente à complexidade dos efeitos da desterritorialização. Como afirmam Santos e Silveira (2006, p. 17), “o território é uma porção do espaço, apropriado e utilizado das mais diversas formas pela sociedade [...], onde a historicidade tem marcas na construção social do território”. Essa concepção permite reconhecer que o território é uma produção coletiva carregada de práticas, significados e memórias.

Nesse sentido, a perda territorial não se resume a deslocamento espacial, mas implica também rupturas simbólicas e afetivas profundas. Trata-se da quebra de relações de pertencimento, de identidades compartilhadas e de estratégias de reprodução social, que estruturam os modos de viver e estar no mundo de uma comunidade.

A perspectiva apresentada por Santos e Silveira (2006, p. 19) aprofunda a compreensão da territorialidade como algo que vai muito além da apropriação física do espaço. Eles afirmam que:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence — esse sentimento de exclusividade e limite — ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. [...] Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (Santos e Silveira 2006, p. 19)

Essa formulação revela que a territorialidade humana carrega dimensões simbólicas, afetivas e projetivas, sendo marcada pela capacidade de construir sentidos, memórias e horizontes de vida. Na perspectiva dos autores, o território não é apenas espaço vivido — é também espaço pensado, desejado e disputado, onde se expressam vínculos profundos entre sujeitos e lugares.

Esse entendimento reforça que o território, para além de sua materialidade, representa um horizonte existencial e simbólico. Sua perda afeta diretamente a capacidade de projetar o futuro, de manter vínculos com o passado e de preservar os sentidos coletivos que sustentam o pertencimento.

A esse respeito, é importante destacar que a memória territorial não se limita ao registro de eventos históricos ou desastres ambientais. Ela envolve a transformação contínua das paisagens e das relações entre os sujeitos e o espaço vivido. Como observa

Schama (1996, p.19), “uma árvore nunca é apenas uma árvore. A natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, são depositados séculos de memória”. Essa afirmação revela que a paisagem é também um repositório de afetos, narrativas e identidades coletivas.

Nesse sentido, a desterritorialização representa uma ruptura com os marcos simbólicos que estruturam o pertencimento e a continuidade cultural. A memória e a identidade territorial, como destacam Saquet (2010) e Haesbaert (2004), são elementos constitutivos da vida social, fundamentais para a reprodução das práticas cotidianas, das redes de solidariedade e das estratégias de resistência. A perda do território, portanto, compromete não apenas os meios de subsistência, mas também os sentidos de existência.

Para Santos (2000), o território usado assume sentidos distintos conforme a posição dos sujeitos nas relações de poder, funcionando como recurso para agentes hegemônicos e como abrigo para grupos hegemonzados. Essa distinção revela a assimetria entre os agentes que produzem e controlam o espaço, especialmente em contextos de deslocamento forçado, como o da Vila da Pirraça.

A imposição de novas territorialidades, sem considerar os sujeitos que as constroem, aprofunda os conflitos e as desigualdades. Como destaca Haesbaert (2014);

Devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja etc. Essa multiplicidade de sujeitos evidencia que o território é sempre um campo de disputa simbólica e material, e que o reassentamento urbano, ao ignorar essas dinâmicas, tende a gerar descontinuidade cultural e exclusão social. (Haesbaert 2014, p. 59),

Essa exclusão se manifesta também na ausência de justiça territorial, conceito que remete à distribuição equitativa dos direitos sobre o uso e o controle do território. A lógica tecnocrática que orienta os grandes empreendimentos privilegia interesses econômicos e institucionais, em detrimento das necessidades e vozes das populações locais. Como observa Rezende (2007):

Na atual estrutura do licenciamento ambiental, a participação da comunidade dificilmente tem condições de realizar a discussão técnica da viabilidade ambiental do empreendimento proposto e acaba apontando erros fáticos dos estudos ambientais, o que implica no não exercício do poder de veto, já que tais erros podem ser sanados através das informações complementares, permitidas pela estrutura institucional (Rezende, 2007, p. 13 e 14).

A estrutura atual do licenciamento ambiental revela uma profunda assimetria entre os empreendedores e as comunidades afetadas, especialmente nos casos de deslocamento compulsório. Como observa Rezende (2007), a participação popular é limitada a apontamentos pontuais, sem capacidade técnica para discutir a viabilidade dos empreendimentos, o que inviabiliza o exercício do poder de veto.

Essa fragilidade institucional permite que projetos avancem mesmo diante de inconsistências nos estudos ambientais, desde que sejam tecnicamente corrigidas. No entanto, os impactos sociais decorrentes do deslocamento não são passíveis de simples correção: eles envolvem a ruptura de laços comunitários, a perda de referências territoriais e a reconfiguração forçada dos modos de vida. Assim, o deslocamento compulsório implica não apenas uma mudança espacial, mas uma modificação social profunda, marcada pela vulnerabilidade, pela exclusão e pela negação do direito à permanência

Raffestin (1993, p. 144) reforça o caráter relacional e político do território ao afirmar que “o espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si”. Essa metáfora revela que o território não é apenas um dado natural, mas uma construção social moldada por relações de poder, controle e apropriação — e que, uma vez rompido, impõe aos sujeitos a reconstrução de suas referências existenciais.

Souza (2013) adverte contra a simplificação conceitual do território. Para ele, “tomá-la como se ela fosse, a um só tempo, o início e o fim da tarefa de conceituação, significa substituir o esforço de reflexão conceitual pela memorização de uma definição preparatória” (p. 78). O autor enfatiza que “o que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder”, compreendido como a dimensão política das relações sociais (p. 88). Essa abordagem amplia a leitura do território para além da técnica, incorporando elementos simbólicos, culturais e econômicos.

Saquet (2010, p. 77) também contribui para essa compreensão ao afirmar que “o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato, ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis”. O território, portanto, é simultaneamente material e simbólico, sendo atravessado por práticas sociais, afetos e disputas — e sua perda compromete tanto os meios de subsistência quanto os sentidos de pertencimento.

A precariedade dos processos de reassentamento em grandes projetos hidrelétricos também é amplamente reconhecida por organismos internacionais. A Comissão Mundial de Barragens (WCD, 2000, p. 107) destacou que:

As áreas de reassentamentos são sempre selecionadas sem uma referência ou estudos sobre a viabilidade econômica das mesmas, bem como uma consulta sobre as preferências das pessoas deslocadas. Estes são geralmente forçados a reassentar em locais com áreas ambientais degradadas no entorno da represa. Assim, as terras perdem rapidamente suas capacidades produtivas para dar suporte às populações reassentadas. (W.C.D., 2000, p. 107)

De acordo com a W.C.D. (2000), os processos de reassentamento vinculados à construção de grandes barragens são conduzidos sem estudos adequados sobre a

viabilidade econômica das áreas destinadas às populações deslocadas. Essa negligência técnica compromete a sustentabilidade dos territórios escolhidos.

Além disso, os reassentamentos ocorrem sem consulta às preferências das pessoas afetadas, desconsiderando seus vínculos sociais, culturais e afetivos com o território original, o que evidencia uma lógica impositiva e excludente. As áreas de reassentamento geralmente se localizam em regiões ambientalmente degradadas no entorno das represas, limitando o acesso a recursos naturais essenciais.

Com o tempo, essas terras perdem sua capacidade produtiva, tornando-se insuficientes para garantir a subsistência das famílias reassentadas. Em vez de reparar os danos causados pelo deslocamento, o processo acaba por aprofundar a vulnerabilidade social e territorial dessas populações.

Essa constatação reforça a crítica à lógica de planejamento que ignora os sujeitos do território e perpetua desigualdades estruturais. A análise teórica desenvolvida nesta seção permitiu compreender que o território não pode ser reduzido a uma dimensão física ou administrativa, mas deve ser reconhecido como espaço vivido, carregado de significados, memórias e relações de poder. A partir das contribuições de autores como Milton Santos, Haesbaert, Saquet, Souza e Raffestin, foi possível evidenciar que o território é simultaneamente material e simbólico, sendo constituído por práticas sociais, afetos, disputas e identidades.

No contexto dos grandes empreendimentos hidrelétricos, como a Usina Luís Eduardo Magalhães, a desterritorialização imposta às comunidades atingidas representa uma ruptura profunda com os modos de vida historicamente construídos.

O deslocamento compulsório não implica apenas a perda de um espaço geográfico, mas também a fragmentação de vínculos sociais, a descontinuidade cultural e a desestruturação de estratégias de sobrevivência. A ausência de justiça territorial e de participação efetiva nos processos decisórios reforça a exclusão e a vulnerabilidade das populações reassentadas.

Os impactos do reassentamento não se esgotam no momento da remoção. Eles se acumulam ao longo do tempo, afetando múltiplas dimensões da vida — como renda, educação e saúde — e exigem uma abordagem crítica que considere os efeitos cumulativos e as perdas simbólicas. A memória e a identidade territorial, nesse sentido, emergem como elementos centrais para compreender a profundidade das transformações vividas pelas comunidades deslocadas.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os processos de reassentamento não podem ser analisados apenas sob a ótica técnica ou administrativa. É necessário compreender suas implicações sociais, territoriais e simbólicas, reconhecendo os sujeitos afetados como protagonistas e não como meros receptores de decisões externas. Ou seja, fazem parte de vários processos.

Tais processos implicam não apenas uma mudança geográfica, mas também uma reconfiguração profunda das condições de vida, das relações sociais e das estratégias de reprodução material e simbólica dessas populações. Segundo o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente da UHE Lajeado:

O principal impacto a ser provocado pela implantação da usina será o deslocamento da população que hoje mora na área do reservatório, integrada por 1.500 famílias, sendo quase 1.000 distribuídas na área rural e pouco mais de 500 em áreas urbanas (Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, 1996, p. 17).

Esse deslocamento implicou a perda dos modos de sobrevivência historicamente construídos por essas famílias, sobretudo daqueles ligados à agricultura de subsistência, ao extrativismo e a redes de solidariedade locais, que garantiam não apenas a geração de renda, mas também a segurança alimentar e a autonomia econômica.

A construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, no Tocantins, resultou na remoção compulsória de comunidades ribeirinhas, especialmente em Porto Nacional. O deslocamento forçado rompeu vínculos territoriais e desarticulou práticas tradicionais ligadas à extrativismo, agricultura e convivência comunitária. Essa ruptura comprometeu a continuidade das relações sociais e culturais, dificultando a adaptação das famílias reassentadas a novos espaços e modos de vida.

O deslocamento territorial provocou o desmantelamento de práticas produtivas tradicionais, como a agricultura de subsistência e o extrativismo de frutos do cerrado. A interrupção dessas estratégias comprometeu a autonomia econômica das famílias reassentadas, sobretudo das mulheres, que antes ocupavam papel central no comércio informal, especialmente em feiras locais e vendas diretas. Essa ruptura não apenas afetou a dinâmica econômica, mas também desarticulou redes de solidariedade e saberes locais construídos ao longo de gerações.

A descrição reforça que a base econômica dessas comunidades era frágil e sustentada por práticas de subsistência, o que torna os impactos do deslocamento ainda mais severos. As condições socioeconômicas anteriores não favoreciam uma transição imediata para a economia urbana formal, aprofundando a vulnerabilidade das populações atingidas. Nesse cenário, Zhouri et al. (2005) observam que as comunidades afetadas são

frequentemente tratadas como sujeitos que devem se adaptar às decisões impostas, mesmo sem pleno conhecimento dos impactos e da complexidade do processo. Assim, acabam reduzidas à condição de espectadoras de projetos apresentados como sinônimos de progresso e modernidade, enquanto seus interesses e modos de vida permanecem marginalizados nos debates e decisões oficiais.

Além disso, há um aspecto frequentemente negligenciado nas políticas públicas e nos planos de mitigação: o tempo de duração dos impactos causados pelo empreendimento. Diferentemente do que indicam os discursos institucionais, o sofrimento das populações atingidas tem início muito antes da implementação da obra e pode se prolongar por anos — ou até se tornar permanente — sem que haja reparação efetiva. Esse prolongamento agrava as condições de vida das comunidades, que enfrentam incertezas, perdas materiais e desestruturação social desde os primeiros estudos do projeto.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o estado apresentava as seguintes características econômicas na zona rural durante o período de estudo e implantação da UHE Lajeado:

A principal atividade econômica da região é a pecuária de corte extensiva e no geral, de baixa produtividade [...]. As pequenas propriedades em geral estão voltadas para a produção de lavouras temporárias, sendo que a maior parte destina-se à subsistência (Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, 1996, p. 22).

Essa descrição reforça que, mesmo antes da instalação do empreendimento, a região já apresentava uma estrutura econômica vulnerável, baseada em atividades de baixa escala e voltadas à subsistência. Isso evidencia que os impactos não apenas desorganizaram o tecido produtivo local, mas também se somaram a uma realidade já marcada por fragilidades históricas.

Diante desse contexto, o reassentamento compulsório deve ser compreendido não apenas como uma medida técnica de realocação populacional, mas como um processo profundamente violento que carrega traços de etnocídio. Ao desarticular práticas produtivas ancestrais e deslocar comunidades de seus territórios históricos, esse tipo de intervenção rompe com os alicerces simbólicos e materiais que sustentam modos de vida específicos. Trata-se de uma violência estrutural e simbólica que, embora não elimine fisicamente os sujeitos, compromete gravemente sua identidade cultural, sua memória coletiva e sua capacidade de reprodução social.

O território, nesse sentido, não é apenas um espaço físico, mas um lugar de pertencimento, de saberes compartilhados e de vínculos afetivos. A remoção forçada

representa, portanto, uma tentativa de apagar formas de existência que desafiam a lógica hegemônica do Estado e do mercado. Como afirma Pierre Clastres, o etnocídio⁵ é a negação da diferença: a supressão deliberada de culturas que não se alinham ao projeto civilizatório dominante.

O deslocamento compulsório interfere significativamente no acesso e na continuidade da educação, gerando rupturas nos trajetos escolares e dificultando o acesso às instituições de ensino. Essa situação impacta negativamente o rendimento e a permanência escolar, especialmente entre crianças e adolescentes que precisam se adaptar a novas realidades marcadas por desafios socioeconômicos, estigmatização e exclusão social.

A desestruturação do espaço e das redes sociais, provocada pelo reassentamento, impôs barreiras adicionais, como a insuficiência e precariedade do transporte público escolar — sendo o ônibus escolar o único meio disponível —, a necessidade de contribuição econômica dos jovens para a subsistência familiar e a desmotivação diante de contextos pouco favoráveis à permanência na educação formal. De acordo com o RIMA da UHE Lajeado, o estado apresentava as seguintes características educacionais no período de estudo e implantação do empreendimento:

Os municípios da Área de Influência [...] registravam, em 1991, índices de alfabetização iguais ou superiores às médias estaduais. [...] Entretanto, isto não significa que um índice de analfabetismo da ordem de 30% em áreas urbanas e 50% em áreas rurais seja adequado. (Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, 1996, p. 49).

Com o deslocamento, a população também viu comprometido o acesso à educação formal e informal. Muitas comunidades reassentadas enfrentaram dificuldades para garantir a continuidade dos estudos, seja pela distância das novas moradias em relação às escolas, seja pela ausência de infraestrutura adequada nos locais de reassentamento. Além disso, a ruptura territorial comprometeu a transmissão de saberes tradicionais, como os conhecimentos sobre o cerrado, os ciclos agrícolas e as práticas culturais locais, que eram ensinados de forma intergeracional.

⁵ O termo *etnocídio* refere-se à destruição sistemática dos modos de vida, saberes e práticas culturais de um grupo, sem que haja necessariamente extermínio físico. Trata-se da negação da diferença e da imposição de uma lógica dominante que desarticula culturas em nome do progresso ou da integração. Segundo Clastres (1974), o etnocídio ocorre quando uma sociedade é forçada a abandonar sua organização própria para se adequar aos padrões do Estado e do mercado.

Nesse sentido, o reassentamento não apenas interrompe trajetórias escolares, mas também desestrutura os processos de formação identitária e de construção da memória coletiva. A educação, enquanto espaço de reprodução simbólica, é afetada pela perda do território, pois este constitui o chão onde os saberes se enraízam. A destruição etnocida, conforme analisa Clastres (2004), manifesta-se aqui como apagamento dos modos próprios de ensinar e aprender, substituídos por modelos escolares que muitas vezes ignoram ou desvalorizam os saberes locais.

Além disso, Pereira (2023, p. 31-32) ressalta que:

A aplicação de valores culturais na educação tem um efeito positivo em vários elementos. Ela nutre o sentimento de pertencimento, de identidade e fortalece a participação da comunidade; também promove a valorização e a compreensão da história e do patrimônio cultural. O patrimônio cultural não trata apenas de coisas antigas, mas também de novos objetos, práticas e lugares que possuem valor cultural para as gerações recentes. O papel crucial dos portadores da cultura da comunidade no processo de ensino e aprendizagem é mantido. O senso de responsabilidade em valorizar, desenvolver e proteger o meio ambiente é inculcado nas crianças. Os alunos desenvolvem competências e habilidades culturais necessárias para interagir com pessoas ao redor do mundo. Na Educação Quilombola, a cultura instila o sentimento de orgulho nacional e desenvolve a identidade do indivíduo como nação. (Pereira 2023, p. 31-32)

Embora a comunidade apresentasse condições socioeconômicas frágeis, seus saberes tradicionais e cultura mereciam maior reconhecimento e respeito. A desvalorização desses conhecimentos comprometeu a identidade local e a diversidade cultural, tornando essencial uma educação que valorize e fortaleça a comunidade frente aos desafios do reassentamento.

Os impactos do reassentamento revelam-se tanto na perda de acesso a serviços básicos quanto na descontinuidade de práticas tradicionais de cuidado. Muitas famílias reassentadas passaram a viver em áreas com infraestrutura precária, distantes de postos de saúde e hospitais, e também sem acesso a serviços essenciais como asfaltamento, coleta de lixo e rede de esgoto, fatores que influenciam diretamente na saúde dessa população.

Além disso, o rompimento com o território implicou o abandono de práticas de cura ligadas ao uso de plantas medicinais, ao conhecimento dos ciclos naturais e às redes de apoio comunitário. Essas práticas eram recorrentes nas antigas comunidades ribeirinhas, especialmente aquelas situadas às margens do rio Tocantins, onde o contato com o Cerrado e suas espécies medicinais era abundante e fazia parte da rotina de cuidados.

A saúde, compreendida como bem-estar físico, emocional e espiritual, foi profundamente afetada pela desarticulação dos vínculos sociais e pela imposição de novos padrões de vida. A destruição etnocida manifesta-se, nesse contexto, na negação das formas tradicionais de cuidado e na substituição de saberes ancestrais por modelos biomédicos que não dialogam com a realidade cultural das comunidades reassentadas. Como resultado, observa-se o aumento da vulnerabilidade sanitária e o enfraquecimento da autonomia dos grupos atingidos no cuidado de si e dos outros.

Esse cenário se agrava diante da ausência de políticas públicas eficazes, da precariedade das estruturas de saúde nas áreas de reassentamento e da invisibilização⁶ das necessidades específicas dessas populações. Ainda que o acesso à saúde esteja legalmente assegurado como um direito fundamental, sua efetivação encontra barreiras materiais, territoriais e simbólicas.

Ferreira (2001, p. 48), ao analisar o processo de licenciamento da UHE Lajeado, já alertava para a fragilidade da representação comunitária e para a insuficiência de informações repassadas às populações atingidas:

Constatou-se que na data da referida audiência pública não havia lideranças ou entidades capazes de reivindicar em nome das comunidades. Neste particular, pode-se dizer que o investidor foi parcialmente omissivo no dever de informar, não levando a informação precisa até as comunidades. (Ferreira, 2001, p. 48)

Complementarmente, a Organização Mundial da Saúde aponta que “os determinantes sociais da saúde se referem às condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e que são influenciadas pela distribuição de dinheiro, poder e recursos em nível global, nacional e local” (OMS apud CLINSPACE, 2024). Essas desigualdades são sistemáticas e evitáveis, frequentemente associadas à renda, escolaridade e condições de moradia (CLINSPACE, 2024).

Assim, a violação do direito à saúde das populações reassentadas transcende o acesso físico a unidades de atendimento, alcançando aspectos mais profundos, como a negação de seus saberes, a fragilização dos vínculos territoriais e a perda da autonomia

⁶ O conceito de invisibilização, conforme discutido por Boaventura de Sousa Santos, refere-se ao processo pelo qual determinados grupos sociais, saberes e práticas são sistematicamente apagados ou desconsiderados pelas estruturas hegemônicas de poder e conhecimento. Trata-se de uma forma de sociologia das ausências, que transforma o que existe em algo considerado inexistente ou irrelevante, negando reconhecimento e legitimidade a sujeitos historicamente marginalizados. (SANTOS, 2007)

no cuidado comunitário. Tais aspectos reforçam a urgência de políticas públicas que reconheçam os saberes tradicionais e garantam às comunidades condições dignas de viver e cuidar de si com respeito às suas especificidades culturais.

4.2 A formação histórica e a área de deslocamento da comunidade

A formação da comunidade da Vila Pirraça remonta ao final da década de 1960 e início da década de 1970, quando diferentes famílias começaram a se estabelecer na margem esquerda do Rio Tocantins. A ocupação ocorreu de forma gradual, com intervalos entre a chegada de cada grupo familiar. Ao longo desses anos, fixaram-se na região as famílias de Tereza, Mariona, Leoneza, Nuciato, Maria e Dona Eterna, que se tornariam as pioneiras da comunidade. Em conversas informais, sem a realização de entrevistas, porém anotadas em caderno de campo, antigos moradores dão conta que consolidação dessas famílias no território só foi possível graças à doação de terras realizada por seu Zé Clarindo e pelo Dr. Osvaldo Tomás de Souza, que contribuíram com parcelas de terra para que pudessem construir suas moradias, abrir roçados e estabelecer suas formas de vida.

A Vila localizava-se cerca de sete quilômetros do centro de Porto Nacional, em uma área rural marcada por quintais amplos e arborizados, onde predominavam árvores frutíferas como manga, caju, jaca, abacate, goiaba, laranja e banana. A economia das famílias combinava o trabalho nas fazendas vizinhas com a coleta e venda de frutos do cerrado — murici, cajuzinho, buriti — além do cultivo de alimentos nas áreas de quintal e nas vazantes do rio, como batata-doce, abóbora e mandioca, comercializados nas feiras de Porto Nacional e Taquaralto. O nome “Pirraça” surgiu da persistência dos moradores em retornar ao local após as enchentes do Tocantins, reconstruindo suas casas e retomando suas atividades, mesmo diante das perdas recorrentes. Esse vínculo com o território e a forte relação de solidariedade entre as famílias foram elementos fundamentais para a consolidação da comunidade ao longo dos anos.

Essa organização inicial revela a força dos vínculos comunitários, pois, como afirmam Peruzzo e Volpato (2009, p. 140), “o local, a comunidade, a família, por nos serem próximos, tendem a representar segurança e proteção em um mundo aparentemente instável [...], sendo espaços de abrigo e amparo em meio às turbulências da vida urbana”. Assim, desde sua origem, a Vila Pirraça configurou-se como um território de

solidariedade, apoio mútuo e pertencimento, elementos que moldaram profundamente a identidade de seus moradores.

As conversas anotadas em nosso caderno de campo informam que o cotidiano da comunidade era marcado pelo trabalho coletivo, pela solidariedade e pela adaptação às condições naturais do território. A economia local baseava-se na criação de animais, nas roças cultivadas nas áreas de vazante e na comercialização de frutos nas ruas e feiras da região. A produção excedente, especialmente de frutas como o caju, desempenhava papel fundamental na complementação da renda familiar. Na fotografia cedida pela moradora Doralina percebe-se as mulheres da Pirraça carregando bacias de caju destinadas à venda, evidenciando o protagonismo feminino na economia local.

Fig. 7 – Mulheres da Vila Pirraça com bacias de caju destinados à venda.



Fonte: ACERVO PESSOAL DE DORALINA. Fotografias cedidas à pesquisadora durante visitas de observação na comunidade da Pirraça. [Material não publicado]. Porto Nacional, 2025.

Essa dinâmica produtiva aparece também nos relatos de ex-moradoras da comunidade registrados por Messias (2007). Enice de Oliveira Negri, por exemplo, recorda que na Pirraça “a gente tinha manga bem pertinho [...]. Lá a gente tinha o murici, o buriti, o caju. Tudo a gente tinha. Pescava no rio”, ressaltando a fartura e a autonomia alimentar que caracterizavam o modo de vida local.

De forma semelhante, Marli Lima Reis descreve o Rio Tocantins como uma presença essencial, “como se fosse um pai”, responsável por suprir as necessidades de subsistência da família por meio da pesca, do banho, da lavagem de roupas e das

plantações nas vazantes. Seus relatos reforçam que a vida na Pirraça era estruturada por uma relação íntima com o território, marcada pela abundância de recursos naturais e pela segurança alimentar proporcionada pelo rio e pelas frutas nativas.

A relevância das vazantes para a subsistência das famílias da Vila Pirraça também é destacada por Messias (2007), que analisa a profunda relação entre os ribeirinhos e o território. Conforme a autora descreve:

[...] que as vazantes tiveram um papel importante na história dos portuenses, assim como na vida da população ribeirinha de modo geral. Frei José Audrin, que por vários anos morou em Porto Nacional e percorreu a região, comenta que as vazantes propiciam plantações de menores proporções, que são realizadas na beira de ribeirões ou rio, num ponto em que durante a estação de chuvas permanece inundado e que as águas, após baixarem, deixam aquele lugar úmido e coberto de abundante humo fertilizante. Nessa terra levemente molhada e fortemente adubada, os ribeirinhos plantam tubérculos, verduras, legumes, o que durante todo o verão proporciona-lhes uma alimentação ricamente variada. (Messias 2007, p. 73)

Entre os episódios mais marcantes vividos pelas famílias está a enchente de 1980. Naquele ano, o Rio Tocantins atingiu, em Porto Nacional, a maior vazante já registrada, chegando a 28.558 m³/s em 24 de fevereiro de 1980, conforme dados técnicos do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente do Aproveitamento Hidrelétrico Lajeado (CELTINS, 1996, p. 16). Esse volume excepcional ultrapassa em muito as vazões típicas do rio na região, que variam de mínimas próximas de 450 m³/s a máximas em torno de 10.000 m³/s em anos comuns, evidenciando a magnitude extrema do evento.

A força das águas avançou rapidamente sobre as casas, destruindo plantações, cercas e criações, e alterando profundamente a rotina das famílias ribeirinhas. Foi durante essa cheia que o marido de Dona Leoneza perdeu a vida ao tentar salvar o gado, conduzindo os animais para uma área mais elevada.

Fig. 8 – Registro da enchente de 1980.



Fonte: LOTUFO, Marcos Amaral. Disponível em:
<https://www.facebook.com/share/p/17kyEvgH7/> Acesso em: 10 de out. 2025

A fotografia desse episódio, obtida em um grupo da comunidade no Facebook, registra não apenas a violência da inundação, mas também o impacto profundo que ela teve na vida da família. Cabe aqui lembrar que, sob o olhar de Márcio Jesus Ferreira Sônego (2010), a fotografia não se limita a registrar um acontecimento; ela desencadeia memórias, percepções e sentidos que permitem acessar níveis de realidade invisíveis ao discurso verbal. As imagens revelam indícios de sentimentos, comportamentos e normas sociais que ampliam a compreensão histórica, oferecendo dimensões que a palavra escrita não alcança. Ao observar uma fotografia, ativam-se camadas de memória e associações que ajudam a reconstruir experiências individuais e coletivas, especialmente em contextos marcados por perdas, deslocamentos e transformações profundas. Nesse sentido, a fotografia atua como um documento sensível, capaz de iluminar aspectos do cotidiano, da cultura e das relações sociais que muitas vezes permanecem ocultos nos registros oficiais.

Dessa forma, a fotografia incorpora à dissertação uma abordagem de historicidade que evidencia e dá visibilidade à história da comunidade da Pirraça. Ao adotar esse olhar, torna possível compreender que a trajetória do grupo não se limita aos registros oficiais, mas se manifesta também nas memórias, nas narrativas orais e nas imagens que preservam fragmentos do vivido. Essa perspectiva permite reconhecer que cada fotografia, cada relato e cada lembrança carregam marcas de experiências coletivas que, muitas vezes, permanecem invisíveis nos documentos tradicionais. Assim, ao trazer à tona essas camadas de sentido, a autora contribui para iluminar aspectos da vida cotidiana e das relações sociais, além de permitir compreender como a territorialidade e a identidade da comunidade Vila da Pirraça são construídas e reafirmadas ao longo do tempo. Essa abordagem amplia o entendimento sobre a comunidade, valorizando sua agência, sua resistência e a forma como constrói e reconstrói sua própria história.

Em outra fotografia, Dona Leioneza aparece em frente à sua casa na comunidade. Na imagem, ela surge serena diante da moradia construída com esforço próprio. No verso da fotografia, encontra-se uma anotação escrita por uma de suas netas: “Lugar nunca deveria ter saído.” Esse registro transforma a foto em um documento afetivo e potente, revelando o vínculo profundo com o território e a dor do deslocamento vivido com o reassentamento.

Figura 9 – Fotografia de Dona Leoneza em frente à sua casa.



Fonte: ACERVO PESSOAL DE Adélia. Fotografias cedidas à pesquisadora durante visitas de observação na comunidade da Pirraça. [Material não publicado]. Porto Nacional, 2025.

Os festejos religiosos constituíam momentos de encontro, fé e fortalecimento dos laços comunitários. Uma fotografia do festejo, guardada por Dona Valcira, registra a participação ativa dos moradores, incluindo Dona Valcira, evidenciando a centralidade das celebrações religiosas na vida social da Pirraça.

Fig. 10 – Fotografia do festejo religioso na Comunidade Pirraça.



Fonte: ACERVO PESSOAL DE Valcira. Fotografias cedidas à pesquisadora durante visitas de observação na comunidade da Pirraça. [Material não publicado]. Porto Nacional, 2025.

A presença das crianças na dinâmica social da comunidade aparece registrada em uma fotografia do time de futebol infantil, que revela o papel do esporte como espaço de convivência, lazer e construção de identidade entre os moradores. Dona Adélia manteve o registro fotográfico desse momento de sociabilidade.

Figura 11 – Fotografia do time de futebol infantil da Vila Pirraça.



Fonte: ACERVO PESSOAL de Adélia. Fotografias cedidas à pesquisadora durante visitas de observação na comunidade da Pirraça. [Material não publicado]. Porto Nacional, 2025.

Esse processo de enraizamento, no entanto, foi interrompido com a construção da Usina Hidrelétrica do Lajeado (UHE Lajeado). Das dezessete famílias que compunham a comunidade no momento do aviso, apenas onze foram reassentadas no Assentamento Jardim dos Ipês 2. As demais seguiram outros caminhos, dispersando-se para diferentes localidades. Todas as fotografias utilizadas nesta pesquisa — da enchente, das mulheres com caju, de Dona Leoneza, do festejo religioso e do time infantil — foram gentilmente cedidas pela própria comunidade, que reconhece nesses registros uma forma de manter viva a memória do território e das pessoas que o construíram.

A história da comunidade da Vila Pirraça revela um percurso marcado por deslocamentos, resistências, solidariedades e reconstruções. Mais do que uma simples ocupação territorial, trata-se da formação de um modo de vida compartilhado, cujas memórias permanecem vivas entre as famílias que hoje habitam o Jardim dos Ipês 2.

A Comunidade Pirraça comunidade foi diretamente impactada pela construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado (UHE Lajeado), sendo deslocada de seu território às margens do rio no ano de 1999. Como forma de compensação, as famílias foram reassentadas em dois espaços distintos dentro do município de Porto Nacional:

Na zona urbana, foram realocadas para o Setor dos Ipês, onde receberam lotes residenciais. Essa área está situada bem próxima à Universidade Federal do Tocantins (UFT), favorecendo o acesso à infraestrutura urbana, educação e serviços públicos.

Fig 12 – Vista aérea do reassentamento urbano da comunidade Pirraça, localizado no Setor Jardim dos Ipês 2, em Porto Nacional (TO).



Fonte: Google Earth, 2025.

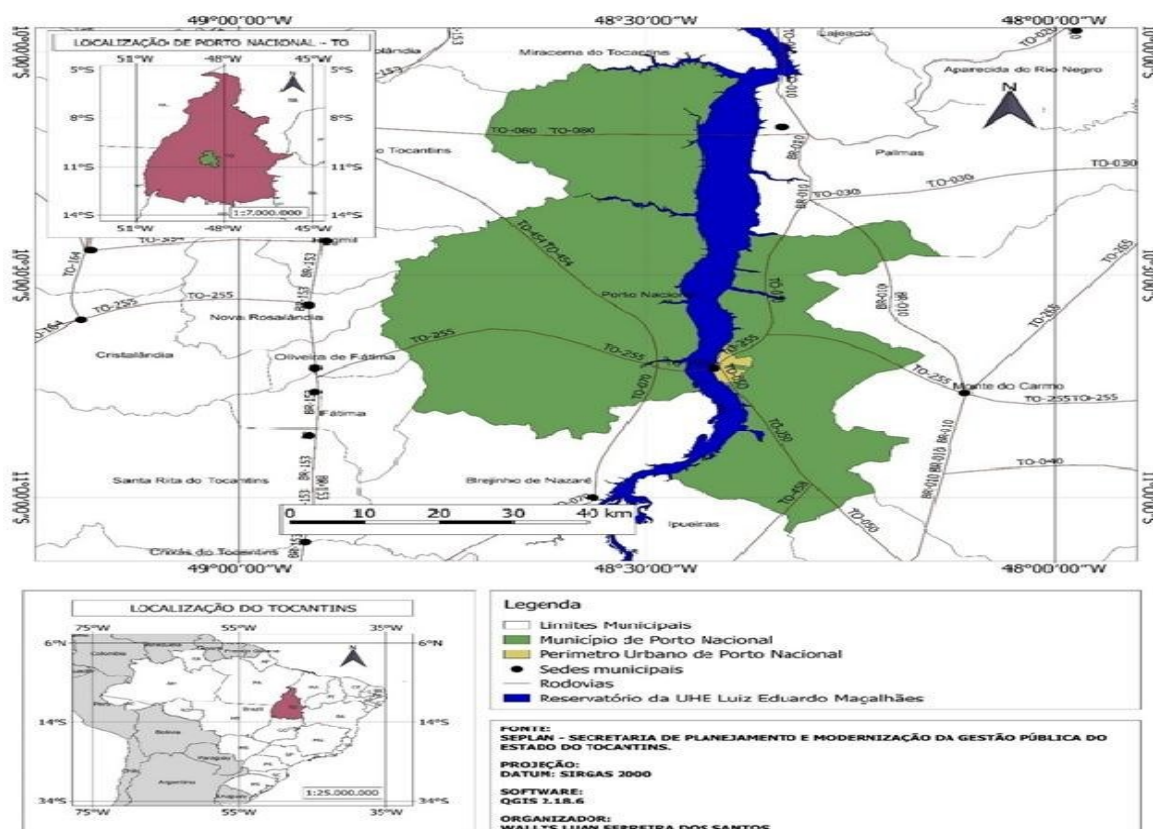
Na zona rural, cada família recebeu 4 hectares de terra, localizado nas proximidades do Balneário Belcar, também em Porto Nacional. Esse espaço foi destinado

à continuidade das atividades produtivas, especialmente aquelas ligadas à agricultura familiar.

O município de Porto Nacional, que atualmente possui cerca de 64.418 habitantes (IBGE, 2022), apresenta indicadores socioeconômicos relevantes. O PIB per capita é de aproximadamente R\$ 68.063,36, ocupando a 3ª posição no Estado do Tocantins, e o IDH-M é de 0,740, considerado alto. Em termos de renda, 32,7% da população vive com rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, revelando desigualdades significativas no acesso à qualidade de vida.

No campo educacional, Porto Nacional apresenta uma taxa de escolarização de 98,59% entre crianças de 6 a 14 anos, demonstrando um bom nível de acesso à educação básica. O município conta com 71 instituições de ensino, incluindo escolas públicas e privadas, além do campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que representa um polo regional de formação acadêmica e oportunidades educacionais. O desempenho escolar também é refletido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que em 2023 atingiu 6,2 nos anos iniciais, 4,7 nos anos finais e 4,1 no ensino médio, valores próximos ou acima da média nacional.

Fig. 13 – Mapa de localização do município de Porto Nacional, Estado do Tocantins – Brasil.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Pública do Tocantins (2010).

4.3 Reassentamento e usos do território: do Jardim dos Ipês 2 à área rural

A remoção das famílias da Vila da Pirraça e seu reassentamento no Jardim dos Ipês 2 integrou o conjunto de ações executadas pela empresa responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica do Lajeado (UHE Luís Eduardo Magalhães). O diálogo entre a empresa e os moradores foi conduzido principalmente por dois representantes da Investco, identificados pela comunidade como Dário e Vera. Embora os moradores não recordem os nomes completos desses profissionais, todos reconhecem que ambos atuavam oficialmente em nome da empresa, sendo responsáveis por transmitir informações, apresentar propostas e intermediar as decisões relacionadas ao processo de reassentamento.

Segundo informações institucionais disponibilizadas pela Investco (2024), a concessionária assumiu todas as etapas do processo, incluindo licenciamento ambiental, declaração de utilidade pública, coordenação das obras civis e a posterior operação e manutenção da UHE Lajeado. (disponível em :<https://www.investco.com.br/pt-br/a-usina/uhe-lajeado>)

Constatamos, a partir dos relatos apresentados pelos moradores durante o trabalho de campo, que foram ofertadas inicialmente duas alternativas de reassentamento à Comunidade da Pirraça: o Novo Pinheirópolis e a região da Flor da Serra, ambas recusadas pelos moradores. A recusa não se limitava às condições físicas ou à localização das áreas, mas estava diretamente relacionada à forte coesão social existente no grupo, composto majoritariamente por parentes próximos, compadres e vizinhanças que mantinham relações de solidariedade e convivência cotidiana. Essa estrutura familiar ampliada constituía um elemento central da identidade comunitária.

Como as duas primeiras áreas apresentadas já possuíam outras famílias instaladas, a proposta contrariava o desejo coletivo da Vila da Pirraça de permanecer unida e manter sua organização territorial tradicional. As conversas registradas em caderno campo dão conta que somente após essa recusa a empresa apresentou uma terceira alternativa, o Jardim dos Ipês 2, que até então não havia sido informado à comunidade.

Com base nos relatos dos moradores articulados às observações registradas durante o trabalho de campo, foi possível identificar que a Comunidade da Pirraça possuía um modo de vida baseado em atividades econômicas tradicionais, especialmente o extrativismo de frutas nativas e cultivadas, como manga, caju, murici, buriti e bacaba.

Essas frutas eram destinadas tanto ao consumo doméstico quanto à comercialização em feiras e nas ruas da cidade, constituindo uma importante fonte de renda complementar.

Durante o processo de indenização, membros da comunidade relataram que a empresa mandou contar apenas as árvores frutíferas localizadas nos quintais das casas para serem indenizadas. No entanto, o modo de vida da Comunidade da Pirraça não se restringia ao cultivo doméstico: a coleta de frutas era uma prática coletiva, realizada em mutirões nas margens do rio e nas matas de cerrado, onde se encontrava a maior parte das espécies nativas utilizadas para alimentação e geração de renda. Como essas áreas não foram incluídas no cálculo da indenização, o método adotado pela empresa não refletiu a realidade do uso tradicional do território, resultando em um processo considerado injusto pela comunidade, pois ignorou recursos naturais essenciais para sua subsistência e organização social.

Identificamos nas conversas com moradores que a retirada das famílias da beira do rio foi realizada por meio de caminhões da própria empresa ou por veículos fretados pela Investco, responsáveis pelo transporte de móveis, utensílios domésticos, animais e demais pertences. A mudança ocorreu no mês de novembro dos anos 2000, conforme relatado pelos moradores. Embora não tenha ocorrido oposição direta, o processo foi marcado por um profundo sentimento de incerteza, pois as famílias deixavam um território onde haviam construído suas vidas sem conhecer plenamente as condições do novo assentamento.

No caso da Comunidade da Pirraça, os moradores, em conversas com a pesquisadora, informaram que não houve atuação efetiva do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) durante o processo de reassentamento. Quando o movimento chegou à região, grande parte das comunidades atingidas pela UHE Lajeado já havia sido reassentada, e as negociações da Pirraça estavam praticamente concluídas. Assim, diferentemente de outras localidades onde o MAB conseguiu organizar os atingidos e fortalecer a luta por direitos, na Pirraça o processo ocorreu sem apoio externo, deixando as famílias mais vulneráveis às decisões da empresa e às informações repassadas pela liderança local.

A situação vivida pela Comunidade da Pirraça evidencia problemas amplamente reconhecidos nos processos de reassentamento por barragens no Brasil. A Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, analisada por Catolico, Strauch e Britto (2019), já havia apontado em relatório um conjunto de fragilidades recorrentes na implantação de usinas hidrelétricas no país. Entre essas fragilidades estão a insuficiência de informações

repassadas às populações afetadas, a adoção de critérios restritivos para definir quem é considerado atingido, a desconsideração das particularidades socioeconômicas e culturais dos grupos impactados, além de falhas na aplicação da legislação e na atenção às demandas de segmentos mais vulneráveis.

Essas questões ajudam a compreender por que tantas famílias acabam sendo deslocadas para áreas que não refletem o valor material, simbólico, afetivo e cultural de seus territórios de origem. Também explicam por que outros grupos sequer conseguem ter seus direitos reconhecidos, permanecendo à margem das medidas compensatórias e mitigatórias previstas em lei.

Nas diversas idas à comunidade anotamos que nas etapas finais da construção, quando o acesso ao local já era possível, as famílias passaram a morar no Jardim dos Ipês 2 e iniciaram o plantio de mudas de árvores frutíferas levadas da antiga área, além da implantação de pequenas hortas comunitárias. Essas ações representaram uma forma de aproximação com o novo território e um esforço para reconstruir práticas produtivas que faziam parte da identidade da Comunidade da Pirraça.

Apesar do empenho inicial, as hortas não se desenvolveram de maneira satisfatória. A comunidade relatou que, embora tenham iniciado o plantio com dedicação, as hortas não prosperaram, e as famílias não souberam identificar claramente as causas dessa dificuldade. Esse insucesso acabou limitando a continuidade de práticas agrícolas que faziam parte do cotidiano da antiga área, contribuindo para o sentimento de adaptação incompleta ao novo território.

A mudança definitiva foi vivida como um período de reorganização interna, no qual lideranças comunitárias desempenharam papel importante na mediação com a empresa e no apoio à adaptação das famílias ao novo espaço. No entanto, a decisão sobre a divisão dos lotes foi inteiramente definida pela Investco.

Os moradores nos informaram que os critérios adotados pela empresa responsável pelo reassentamento estabeleciam diferenças entre as famílias conforme sua situação fundiária na área original da Pirraça. As famílias que viviam em terrenos pertencentes a parentes — portanto consideradas agregadas — receberam apenas a casa e um único lote urbano no reassentamento. Esse foi o caso de 3 das 11 famílias, que foram contempladas com uma residência construída em um lote urbano de 360 m², localizado no Jardim dos Ipês II.

Já as famílias que eram proprietárias de seus terrenos, residindo na comunidade desde o início da vila, foram contempladas com a casa e mais quatro lotes adicionais na

área urbana, totalizando 8 famílias nessa condição. A nova moradia foi construída em um dos quatro lotes, enquanto os demais foram destinados ao uso produtivo e à recomposição das condições de vida. A área rural permaneceu padronizada em quatro hectares para cada família, conforme estabelecido pela empresa.

A documentação oficial comprova essa distribuição. A área rural está registrada na *Certidão de Inteiro Teor da Matrícula n.º 95.558*, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Porto Nacional, que descreve o lote localizado na Fazenda Morais, Loteamento Ipês Rural, com área de quatro hectares, incluindo limites, confrontações e informações sobre titularidade.

A área urbana, por sua vez, consta na *Escritura Pública de Cessão e Sub-rogação de Direitos de Posse e Ocupação*, lavrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos 2º de Notas de Porto Nacional, que formaliza a transferência da posse, a compensação pelas benfeitorias e a destinação dos lotes urbanos às famílias reassentadas.

Esses documentos confirmam a legalidade da transferência e a regularização fundiária realizada pela empresa, evidenciando também o envolvimento de órgãos públicos como NATURATINS, IBAMA, ITERTINS e a própria Investco S/A no processo de compensação, legitimação da posse e definição dos critérios de reassentamento.

A dinâmica do reassentamento das famílias da Pirraça não pode ser compreendida sem considerar o contexto mais amplo da construção da UHE Lajeado, marcada por forte pressão política e energética. Em 2001, o *Jornal do Brasil* denunciava que a usina havia sido erguida “a toque de caixa”, sem o cumprimento das condições ambientais básicas exigidas por lei, o que levou o empreendimento a ser questionado pelo Ministério Público Federal. A urgência em ampliar a oferta de energia, em meio à ameaça de apagão nacional, acelerou todas as etapas do projeto, desde o licenciamento ambiental até a execução das obras. Essa lógica de pressa repercutiu diretamente no processo de reassentamento, que ocorreu de forma rápida, com pouca participação comunitária e sem planejamento adequado para garantir a continuidade das práticas produtivas e sociais das famílias atingidas (*Jornal do Brasil*, 2001, “Uma usina à margem da lei ambiental”).

Mesmo que os prejuízos aos antigos moradores de Vila Pirraça e de outros reassentados ao longo da barragem fossem grandes, os noticiários dos jornais do Tocantins tratavam a mudança compulsória com positividade. Parente (2014, p. 562), percorrendo as páginas do *Jornal do Tocantins*, verificou que o mesmo publicou, em 15

de novembro de 1997, matéria que exaltava a valorização imobiliária provocada pela construção da usina, destacando aumentos expressivos nos preços de lotes e aluguéis e apresentando a obra como motor de crescimento urbano. Ao enfatizar apenas os ganhos econômicos, o jornal reforçava o discurso do progresso e silenciava os impactos sociais vividos pelas famílias que seriam removidas.

Outro exemplo aparece anos depois. Parente (2014, p. 563–564), na leitura do mesmo jornal, averiguou matéria que dava conta de que os redatores noticiaram, em 14 de julho de 2011, que a Investco não pretendia indenizar os barraqueiros e barqueiros que protestavam contra a perda de suas atividades após o enchimento do reservatório. A reportagem reproduzia a fala institucional da empresa, minimizando as reivindicações dos trabalhadores e reforçando a deslegitimação das práticas tradicionais que sustentavam essas famílias. A imprensa, nesse caso, atuava como porta-voz dos interesses empresariais, contribuindo para enfraquecer a luta dos atingidos.

Na mesma linha, a mesma autora (2014, p. 565) destacou que o *Jornal do Tocantins* publicou, em 4 de dezembro de 2011, a matéria intitulada “Energia é fonte de investimentos”, na qual a UHE Luís Eduardo Magalhães era apresentada como símbolo de desenvolvimento, responsável por atrair investidores, gerar empregos e modernizar o estado. Para a historiadora, ao reforçar a narrativa de que a barragem impulsionaria a economia tocaninense, o jornal legitimava o empreendimento e ocultava os impactos negativos vividos pelas populações ribeirinhas. Assim, as reportagens contribuíam para naturalizar a desigualdade produzida pelo projeto, apresentando a obra como inevitável e benéfica, enquanto as perdas culturais, ambientais e econômicas eram invisibilizadas.

Nesse cenário de aceleração da mudança compulsória, o reassentamento foi conduzido sob critérios definidos exclusivamente pela Investco, reforçando a assimetria de poder entre empresa e comunidade. As famílias que viviam em terrenos de parentes receberam apenas a casa e um lote urbano, enquanto aquelas que possuíam área própria foram contempladas com a casa e quatro lotes rurais adicionais. Embora a documentação cartorial comprove a legalidade dessa distribuição, a rapidez do processo e a ausência de diálogo comprometeram a adaptação das famílias ao novo território. A dificuldade de desenvolver as hortas, a falta inicial de infraestrutura e a ruptura com práticas agrícolas tradicionais evidenciam que o reassentamento, embora formalmente regularizado, foi vivenciado como um deslocamento incompleto, marcado por incertezas e pela sensação de que as decisões foram tomadas mais em função da urgência da obra do que das necessidades reais da comunidade.

A partir de agora, passamos a mostrar, por meio de fotografias, algumas residências que expressam os atuais modos de vida dos antigos moradores de Vila Pirraça.

Fig. 14 – Residência da dona Leoneza, onde vive sua filha Adélia.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Além da redistribuição dos lotes, outro aspecto relevante diz respeito às condições de infraestrutura encontradas pela comunidade no momento da mudança. Quando as famílias chegaram ao Jardim dos Ipês 2, o local ainda não possuía ruas asfaltadas, e a oferta de serviços públicos era bastante limitada. O asfaltamento das vias é uma melhoria recente, como demonstram as imagens atuais da comunidade, que evidenciam ruas pavimentadas, abastecimento de água encanada e fornecimento regular de energia elétrica. Essas melhorias, no entanto, não representam uma presença efetiva e contínua do poder público no território.

Fig. 15 – Residência da senhora Nice no setor urbano do Jardim dos Ipês 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024)

Apesar da pavimentação e da chegada de serviços básicos, a comunidade não dispõe de posto de saúde próprio. O atendimento médico é realizado em unidades localizadas em bairros vizinhos, como o Jardim Querido e o setor Nova Capital, obrigando os moradores a se deslocarem para outras regiões da cidade para acessar serviços essenciais. A ausência de equipamentos públicos também se evidencia no fechamento da escola que existia no local, o que impactou diretamente a rotina das famílias e o acesso das crianças à educação. Assim, embora o bairro apresente melhorias estruturais, ele permanece marcado pela carência de políticas públicas permanentes.

Outro elemento que merece destaque é a transformação do entorno da comunidade ao longo dos anos. Quando as famílias foram reassentadas, o Jardim dos Ipês 2 era cercado majoritariamente por áreas rurais, com vizinhos que também viviam de pequenas produções agrícolas. Com o tempo, essas áreas foram vendidas para empresas imobiliárias, dando origem a novos loteamentos que hoje circundam completamente o bairro. As imagens aéreas atuais, obtidas por drone, evidenciam essa mudança: o que antes era um espaço isolado e rural tornou-se uma área urbana em expansão, marcada pela presença de novos empreendimentos habitacionais e pela crescente densidade populacional ao redor da comunidade. Essa transformação alterou profundamente a dinâmica territorial e a relação da comunidade com o espaço. Na fotografia a seguir delimitamos a localidade em que foi reassentada os moradores da Pirraça.

Fig. 16 – Vista aérea atual do entorno do Jardim dos Ipês 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Essa transformação territorial vivida pela comunidade dialoga diretamente com a perspectiva de Milton Santos (1988), sobre a relação entre o local e o global. Para o autor, mesmo os acontecimentos que parecem restritos a um pequeno território estão inseridos em processos mais amplos, que ultrapassam seus limites imediatos e se conectam a dinâmicas sociais, econômicas e históricas de maior escala. Como afirma Santos, “cada lugar é singular” (1988, p. 21), pois combina de maneira própria variáveis que podem existir em outros espaços, mas nunca na mesma forma. Assim, compreender o Jardim dos Ipês 2 exige reconhecer essa interdependência entre objetos, relações e contextos mais amplos, que moldam o território de forma única e revelam como o global se manifesta seletivamente no local.

Essa compreensão também se articula com a perspectiva de Rogério Haesbaert (2014), que destaca que os territórios são sempre resultado da ação de diferentes agentes sociais, cada um imprimindo suas próprias lógicas, interesses e formas de apropriação do espaço. Como afirma o autor, “devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja etc.” (2014a, p. 59).

No caso do Jardim dos Ipês 2, o território resultante do reassentamento expressa justamente essa sobreposição de agentes: a empresa responsável pela usina, os órgãos públicos envolvidos no processo de licenciamento e regularização e a própria comunidade, que busca reconstruir práticas, vínculos e modos de vida no novo espaço. Assim, o território não é apenas um recorte físico, mas o produto das relações de poder e das estratégias de adaptação das famílias reassentadas.

Segundo informação da comunidade que no primeiro ano de adaptação ao reassentamento, a Investco promoveu uma série de cursos voltados à capacitação das famílias da Vila da Pirraça, com o objetivo de apoiar a geração de renda no novo território. Entre as atividades oferecidas estavam oficinas de produção de salgados, doces e bolos, além de cursos de confecção de peças íntimas, como calcinhas.

Um aspecto marcante desses cursos foi a dificuldade de aplicabilidade prática no cotidiano da Comunidade da Pirraça. No caso das oficinas de produção de alimentos, muitas famílias não dispunham de cozinhas adequadas para realizar os preparos em suas próprias casas, de modo que as atividades práticas ocorreram na cozinha da escola, único espaço disponível com estrutura mínima para as aulas.

Situação semelhante ocorreu nos cursos de confecção de peças íntimas. Embora a proposta tenha despertado grande interesse, a comunidade não possuía máquinas de

costura que permitissem a continuidade da atividade após o término da capacitação. No último dia do curso, muitas mulheres demonstraram entusiasmo com a possibilidade de produzir peças para venda, acreditando que as máquinas utilizadas permaneceriam na comunidade. No entanto, os equipamentos foram recolhidos pela empresa, frustrando as expectativas criadas ao longo do processo formativo.

Além dessas limitações, a falta de espaço adequado para colocar em prática os conhecimentos adquiridos e a ausência de investimentos básicos em infraestrutura e equipamentos dificultaram a transformação das capacitações em alternativas reais de geração de renda no pós-reassentamento. Essa situação vivida pela Comunidade da Pirraça dialoga diretamente com os achados de Catolico, Strauch e Britto (2019), que analisaram outros reassentamentos atingidos pela UHE Lajeado. Segundo os autores:

Desta forma, a promoção de cursos e oficinas de aprendizagens mostra-se insuficiente como forma de garantia de geração de renda. Tanto no reassentamento do Córrego do Prata, quanto no de Pinheirópolis Rural, os cursos não serviram como base de desenvolvimento para atividades de comercialização local. Já em reassentamentos como o de Mariana, onde os indivíduos já apresentavam um perfil empreendedor, o desenvolvimento do reassentamento se deu de forma diferenciada. Os reassentados conseguiram se organizar e obter mais direitos. Percebe-se, assim, que um novo nível de segregação ocorre, onde os indivíduos com aptidão e formação para o empreendedorismo se destacam e os que não a possuem permanecem excluídos do sistema produtivo. Além dos fatores já mencionados, o baixo nível educacional destes grupos sociais se torna um agravante para a entrada no mercado de trabalho. (Catolico; Strauch; Britto, 2019, p. 18).

A análise dos autores reforça que a experiência da Pirraça não foi isolada: cursos pontuais, sem continuidade, sem equipamentos e sem estrutura adequada não se converteram em geração de renda, aprofundando desigualdades e deixando as famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica no pós-reassentamento.

Outro aspecto importante lembrado pela Vila da Pirraça refere-se à construção da escola no Jardim dos Ipês 2, realizada após a mudança das famílias para o reassentamento. Durante essa etapa, vários homens da comunidade foram contratados para trabalhar nas obras, contribuindo diretamente para a implantação da infraestrutura local. Essa participação representou não apenas uma oportunidade temporária de renda, mas também uma forma de envolvimento ativo na construção do novo território, fortalecendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva.

A escola tornou-se um importante ponto de referência para a Comunidade da Pirraça, funcionando como espaço de reuniões, encontros coletivos e realização de cursos. Nos anos de 2003 e 2004, foi implantada a Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo moradores adultos tanto da comunidade quanto da localidade vizinha. No

entanto, o programa foi encerrado após dois anos, pois muitos estudantes desistiram devido ao cansaço acumulado após longas jornadas de trabalho, o que dificultava a permanência nas aulas noturnas. Grande parte dos moradores não havia concluído o ensino fundamental, o que tornava a EJA uma oportunidade importante, mas difícil de manter diante das condições de vida.

A escola, denominada Escola Municipal Raimundo Pereira, era mantida pela prefeitura, responsável pela infraestrutura, funcionamento e transporte escolar. Em 2008, a unidade foi fechada sob o argumento de que sua manutenção havia se tornado onerosa para o município, especialmente devido ao transporte escolar, que atendia não apenas os alunos da Pirraça, mas também estudantes provenientes de outro assentamento.

Após o fechamento, o prédio escolar passou a abrigar um asilo, modificando completamente a função social do espaço. A transformação da escola em instituição de acolhimento reforçou o sentimento de perda de um equipamento público essencial, já que o local antes servia como centro de convivência, formação e fortalecimento dos vínculos comunitários.

Fig. 17 – Antiga Escola Municipal Raimundo Pereira — hoje Asilo João XXIII.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

O fechamento da Escola Municipal Raimundo Pereira também provocou mudanças significativas na rotina educacional das crianças e adolescentes da Comunidade da Pirraça. Sem uma unidade escolar no próprio território, os alunos passaram a depender integralmente do transporte escolar para frequentar instituições localizadas em diferentes

bairros da cidade. Atualmente, as crianças do ensino fundamental I são atendidas pela Escola Municipal Delza da Paixão Pereira, situada no setor São Vicente, enquanto os estudantes do ensino fundamental II frequentam o Colégio Estadual Alcides Aires, localizado no setor Nova Capital. Já os jovens do ensino médio são encaminhados ao Colégio Estadual Félix Camôa, no setor Vila Nova. Além disso, a educação infantil é ofertada na Escola Municipal Ernestina, unidade construída pela Investco no setor Tropical Palmas. Essa dispersão dos estudantes por diversas escolas da rede municipal e estadual evidencia a ausência de uma política educacional contínua no Jardim dos Ipês 2 e reforça os impactos do fechamento da escola local, que antes funcionava como referência comunitária e garantia de acesso à educação no próprio território.

Atualmente, as mulheres da Comunidade da Pirraça desempenham papéis centrais na organização das atividades domésticas e na manutenção da vida cotidiana. Muitas delas atuam no serviço público, exercendo funções como merendeiras, auxiliares de serviços gerais e auxiliares de enfermagem. Outras trabalham como empregadas domésticas na cidade, e algumas já alcançaram a aposentadoria após anos de atividade laboral.

Os homens da Vila da Pirraça, por sua vez, estão majoritariamente inseridos no trabalho rural, especialmente em fazendas vinculadas ao agronegócio. Parte deles atua em empresas do setor agropecuário, desempenhando atividades relacionadas ao manejo de sementes, conservação, armazenamento e outras etapas do processo produtivo. Algumas mulheres também participam dessas atividades, integrando-se ao mercado de trabalho agrícola conforme as oportunidades disponíveis.

A área rural de quatro alqueires destinada ao grupo apresenta hoje um uso diversificado. Cinco famílias optaram por residir diretamente nessa área rural, enquanto outras cederam as casas recebidas no Jardim dos Ipês 2 para que seus filhos passassem a morar nelas. Há também famílias que construíram novas moradias nos lotes originalmente destinados aos pais, reorganizando o espaço conforme as necessidades familiares.

Os pais que permaneceram na área rural construíram uma casa na pequena propriedade, onde mantêm sua residência e realizam atividades produtivas de acordo com suas possibilidades. Apenas algumas pessoas utilizam a terra de forma contínua, dedicando-se ao cultivo de pequenas roças e hortas, cuja produção é comercializada em feiras e em pontos de venda da região, constituindo uma importante fonte de renda para essas famílias.

Durante as visitas realizadas à área rural do reassentamento, no contexto da observação etnográfica, foi possível identificar transformações ambientais significativas promovidas pela própria comunidade. Um exemplo marcante refere-se a um córrego localizado na área destinada às famílias reassentadas. Segundo os moradores, antes da mudança para o Jardim dos Ipês 2, esse curso d'água não era permanente: durante o período de seca, especialmente entre os meses de junho e agosto, o córrego desaparecia completamente, reaparecendo apenas com a chegada das chuvas.

Atualmente, porém, o córrego permanece com água mesmo no auge da estiagem. Essa mudança está diretamente relacionada às práticas de preservação adotadas pelas famílias, que decidiram proteger a área ao redor da nascente, evitar desmatamentos e realizar o plantio de novas árvores e espécies nativas. A recomposição da vegetação — combinando plantas frutíferas cultivadas pela comunidade e espécies típicas do cerrado — contribuiu para a recuperação do solo, o aumento da infiltração de água e a manutenção da umidade local, permitindo que o córrego se tornasse perene.

Fig 18 – Córrego preservado na propriedade da família Joca.



Fonte: Fotografia produzida pela pesquisadora fotograma extraído de vídeo cedido por Joca. [Material não publicado]. Porto Nacional, 2025.

Durante o trabalho de campo, foi possível observar que esse córrego não apenas se tornou permanente, mas também passou a desempenhar funções essenciais no cotidiano das famílias. Dentro da própria área onde moram, existe um ponto de banho utilizado pelos moradores como espaço de lazer, especialmente no período mais quente

do ano. Além disso, o córrego abastece as casas com água para uso doméstico e fornece a água necessária para as hortas e pequenos cultivos mantidos pelas famílias que utilizam a área rural para produção. Assim, a preservação da nascente e da vegetação ao redor não representa apenas uma ação ambiental, mas uma necessidade vital para garantir o bem-estar e a autonomia produtiva da comunidade.

Fig. 19 – Horta na propriedade da família Rosa, local onde é retirada a água para irrigação.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

As fotografias e imagens aéreas registradas por meio de drone evidenciam essas transformações. As imagens mostram a densidade da vegetação recomposta, a sombra formada pelas árvores plantadas e a presença contínua do curso d'água mesmo no período de seca. Também revelam o contraste entre a área preservada pela comunidade e o entorno composto por grandes fazendas de monocultura, especialmente de soja, que cercam a localidade. Esse contraste reforça o papel ativo das famílias na proteção do território e demonstra como, mesmo cercadas pelo agronegócio, elas conseguiram construir um espaço de resistência ambiental e de valorização dos recursos naturais locais.

Fig. 20. Vista aérea da área rural do reassentamento.



Fonte: Registro de campo – imagem aérea capturada por drone (2024).

O Jardim dos Ipês 2 tornou-se, assim, um novo território de pertencimento, construído a partir da memória da Comunidade da Pirraça e da capacidade coletiva de reorganização diante do deslocamento forçado. Mesmo diante das perdas materiais, simbólicas e afetivas, as famílias reafirmaram seus vínculos de parentesco, solidariedade e trabalho, reconstruindo práticas cotidianas que mantêm viva a identidade comunitária. O reassentamento, portanto, não representou apenas uma mudança espacial, mas um processo contínuo de ressignificação do território, no qual a memória, a resistência e a adaptação se entrelaçam para sustentar a permanência da Pirraça no novo espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecer uma analogia entre ficção e realidade, o filme *Narradores de Javé* (2003), dirigido por Eliane Caffé, oferece uma chave interpretativa potente para compreender a experiência vivida pela Comunidade da Pirraça. Na obra, um pequeno vilarejo do sertão baiano descobre que será inundado pela construção de uma barragem e, para tentar impedir o desaparecimento, seus moradores se mobilizam para registrar em um livro a memória coletiva, os feitos e a importância histórica de Javé. Acreditam que, ao narrar sua própria história, poderão convencer as autoridades de que o território possui valor cultural e simbólico que merece ser preservado. A ficção revela, de forma sensível e crítica, a luta de uma comunidade para provar que existe.

Na realidade, porém, a Comunidade da Pirraça não teve a oportunidade de fazer o que Javé tentou. Em um contexto de intensas transformações no recém-criado Estado do Tocantins, marcado por discursos oficiais de modernização e desenvolvimento, as vozes mais vulneráveis — como a dos ribeirinhos da Pirraça — foram silenciadas. Não houve espaço para que a comunidade afirmasse sua importância, sua história ou seu modo de vida. Enquanto Javé lutava para escrever um livro que pudesse salvá-la, a Pirraça foi atravessada por uma narrativa externa, produzida pelo Estado e pela mídia, que apresentava a hidrelétrica como símbolo de progresso inevitável. Assim, enquanto a ficção mostra uma comunidade tentando impedir seu apagamento, a realidade revela uma comunidade que foi apagada antes mesmo de poder narrar sua própria memória.

Ao iniciar este estudo, ficou evidente que a relação entre os ribeirinhos e o rio Tocantins constitui o fundamento da identidade, da memória e da territorialidade dessas populações. Assim, no primeiro capítulo mostramos que o rio não é apenas um elemento natural, mas o eixo que organiza práticas produtivas, vínculos afetivos, deslocamentos cotidianos e sentidos de pertencimento profundamente enraizados no território. A ruptura provocada pelos grandes empreendimentos hidrelétricos, portanto, ultrapassa a dimensão física e atinge aspectos simbólicos, culturais e espirituais que sustentam a vida comunitária. No caso da Pirraça, essa desterritorialização significou o rompimento de um elo ancestral, produzindo silenciamentos, apagamentos e a necessidade de reconstruir sentidos em um novo espaço. Assim, compreender a trajetória da comunidade exige reconhecer que o rio era parte essencial do todo que constituía sua existência, e que sua ausência reconfigura identidades, memórias e modos de vida.

A trajetória da Comunidade da Pirraça evidencia que os processos de reassentamento decorrentes de grandes empreendimentos não podem ser compreendidos como simples realocações espaciais. Ao contrário, tratam-se de intervenções profundas que desestruturam modos de vida, rompem vínculos territoriais e expõem a fragilidade das políticas públicas destinadas às populações atingidas. A experiência analisada ao longo desta pesquisa demonstra que, embora o discurso oficial enfatize compensações e melhorias, o que prevalece é a lógica de produção do espaço orientada por interesses econômicos, em detrimento dos direitos sociais e territoriais das comunidades tradicionais.

A antiga Vila da Pirraça constituía um território vivo, sustentado por relações de parentesco, solidariedade e práticas produtivas que garantiam autonomia alimentar e pertencimento. A abundância das vazantes, o extrativismo de frutas nativas, a pesca e a circulação cotidiana entre parentes configuravam um modo de vida que articulava trabalho, cultura e natureza. O reassentamento, porém, rompeu essa dinâmica, impondo às famílias um território fragmentado, com infraestrutura insuficiente e ausência de equipamentos públicos essenciais.

A análise crítica do processo revela que a empresa responsável pela UHE Lajeado conduziu o reassentamento com base em critérios técnicos e burocráticos que ignoraram dimensões fundamentais da vida comunitária. A avaliação das árvores frutíferas restrita aos quintais, a desconsideração das áreas de uso comum, a falta de acompanhamento das obras e a ausência de políticas de apoio produtivo demonstram que o processo foi orientado mais pela necessidade de viabilizar o empreendimento do que por um compromisso real com a reparação dos danos causados. A própria tentativa de capacitação promovida pela Investco — marcada pela falta de equipamentos, de condições materiais e de continuidade — evidencia a superficialidade das ações compensatórias.

No Jardim dos Ipês 2, a ausência de escola, posto de saúde e políticas públicas permanentes reforça a crítica de que o reassentamento não garantiu condições dignas de vida. A dispersão dos estudantes por diferentes bairros, a dependência do transporte escolar e a precariedade dos serviços básicos revelam que o Estado não assumiu plenamente sua responsabilidade no pós-deslocamento. A pavimentação recente das ruas, embora importante, não compensa a falta de equipamentos sociais que assegurem direitos fundamentais.

Ao mesmo tempo, a Comunidade da Pirraça demonstra uma capacidade notável de resistência e reinvenção. A recuperação do córrego, a recomposição da vegetação e a

manutenção de práticas produtivas na área rural mostram que, mesmo diante das perdas, as famílias seguem produzindo territorialidades próprias, reafirmando sua identidade e reconstruindo vínculos com o novo espaço. Essa força comunitária, porém, não deve ser romantizada: ela emerge justamente da ausência de políticas públicas eficazes e da necessidade de suprir lacunas deixadas pelo Estado e pela empresa.

A partir das contribuições de Milton Santos e Rogério Haesbaert, é possível afirmar que o território da Pirraça — tanto o antigo quanto o atual — é resultado de disputas, interesses e relações de poder. O reassentamento evidencia a sobreposição de agentes hegemônicos, como o Estado e a empresa, sobre um grupo social historicamente vulnerabilizado. A comunidade, entretanto, resiste, produzindo novas territorialidades e reafirmando sua presença no espaço, mesmo diante das contradições impostas pelo modelo de desenvolvimento que privilegia grandes obras em detrimento das populações locais.

Além disso, a análise do caso da Pirraça dialoga com um conjunto mais amplo de autores que problematizam os processos de territorialização e desterritorialização no contexto dos grandes empreendimentos. Raffestin (1993) evidencia que a perda do território implica a ruptura de práticas sociais, culturais e econômicas que sustentam a vida cotidiana. Zhouri e Oliveira (2007) demonstram o confronto entre racionalidades distintas: de um lado, comunidades que compreendem o território como patrimônio coletivo; de outro, o setor elétrico que o reduz a mercadoria. Brandão (2007) mostra como o planejamento territorial brasileiro tem sido orientado por interesses empresariais, transformando regiões em plataformas competitivas e aprofundando desigualdades socioespaciais. Saquet (2010) destaca que o espaço geográfico possui valor de uso e de troca, sendo inseparável das práticas sociais que nele se desenvolvem. Somadas às reflexões de Haesbaert (2004; 2019), essas contribuições permitem compreender que o reassentamento da Pirraça não representou apenas uma mudança espacial, mas um processo complexo de desestruturação territorial, marcado pela ruptura de vínculos, pela perda de referências simbólicas e pela imposição de uma lógica de desenvolvimento que privilegia agentes hegemônicos em detrimento das populações locais.

A análise do caso da Pirraça também permite compreender que as injustiças vividas pela comunidade não são episódios isolados, mas parte de um padrão histórico das políticas energéticas brasileiras. Ao longo do século XX, especialmente durante o período de expansão das grandes obras de infraestrutura, o planejamento energético foi orientado prioritariamente pelo ideal de desenvolvimento nacional, sem considerar as

características socioculturais das populações que habitavam os territórios destinados aos empreendimentos. A energia elétrica foi apresentada como símbolo de progresso, mas esse progresso nunca foi pensado para as comunidades atingidas. Ao contrário, elas foram removidas, perderam seus territórios e modos de vida, e continuaram inseridas em contextos de vulnerabilidade. Embora resistam, se reorganizem e reconstruam práticas no novo espaço, a transformação vivida por essas populações é mínima quando comparada ao que lhes foi retirado. O discurso de que as hidrelétricas promovem “desenvolvimento regional” revela-se seletivo: beneficia grupos econômicos e setores específicos, enquanto as comunidades atingidas permanecem à margem, sem acesso pleno aos benefícios prometidos.

Assim, esta pesquisa conclui que o reassentamento da Comunidade da Pirraça não pode ser considerado um processo bem-sucedido. Embora tenha garantido moradia formal e acesso parcial à infraestrutura urbana, não assegurou condições equivalentes às que existiam no território original, tampouco garantiu políticas públicas capazes de sustentar a vida comunitária no pós-deslocamento. O caso analisado reforça a necessidade urgente de repensar os modelos de compensação adotados em grandes empreendimentos, incorporando perspectivas que reconheçam o território como espaço de vida, memória e identidade — e não apenas como área física a ser desocupada.

A história da Pirraça, marcada por perdas, resistências e reconstruções, revela que o direito ao território é inseparável do direito à dignidade, à memória e à continuidade dos modos de vida. Reconhecer isso é fundamental para que processos futuros não repitam as injustiças vividas por essa e tantas outras comunidades atingidas por grandes obras no Brasil.

Diante das lacunas identificadas ao longo deste estudo, torna-se evidente a necessidade de que processos de reassentamento decorrentes de grandes empreendimentos sejam acompanhados por políticas públicas contínuas, integradas e sensíveis às especificidades socioculturais das comunidades atingidas. No caso da Pirraça, recomenda-se que o Estado assuma uma presença efetiva no território, garantindo a implantação e manutenção de equipamentos públicos essenciais, como escola, posto de saúde, áreas de lazer e serviços socioassistenciais, de modo a assegurar condições dignas de vida no pós-deslocamento. É igualmente fundamental que o direito à educação seja respeitado no próprio território, evitando a dispersão dos estudantes por diferentes bairros e assegurando a oferta de modalidades como a Educação de Jovens e Adultos, adaptada às realidades de trabalho e deslocamento das famílias.

Além disso, é imprescindível que os processos de indenização e compensação considerem as práticas produtivas tradicionais e o uso real do território, incluindo áreas de extrativismo, vazantes e espaços coletivos, que foram ignorados no caso da Pirraça. A continuidade dessas práticas depende de políticas de apoio técnico, financeiro e estrutural, capazes de fortalecer a autonomia produtiva das famílias. Da mesma forma, ações de capacitação só se tornam efetivas quando acompanhadas de infraestrutura adequada, equipamentos permanentes e condições materiais que permitam a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Outro aspecto essencial refere-se à transparência e participação comunitária. A distribuição dos lotes, a definição das áreas de reassentamento e o acompanhamento das obras devem ocorrer de forma clara, participativa e com acesso a assessoria jurídica gratuita, garantindo que as famílias compreendam e influenciem as decisões que afetam diretamente suas vidas. Recomenda-se também que o Estado implemente programas públicos de preservação ambiental que reconheçam e apoiem iniciativas comunitárias, como a recuperação do córrego e da vegetação nativa, valorizando o papel das famílias na proteção do território.

Por fim, destaca-se a necessidade de monitoramento de longo prazo dos impactos sociais, econômicos e ambientais do reassentamento, com avaliações periódicas, relatórios públicos e possibilidade de revisão das compensações sempre que necessário. Somente com políticas públicas permanentes, participação social efetiva e reconhecimento dos modos de vida tradicionais será possível garantir que comunidades como a Pirraça não sejam novamente submetidas às injustiças e perdas que marcaram seu deslocamento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Mapa interativo da gestão de recursos hídricos. Disponível em: <https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=e84872e344314a6b822b6ab3d0323937>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *José*. Edição comemorativa da 10ª Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. Disponível em: <https://cabana-on.com/Ler/wp-content/uploads/2017/09/Carlos-Drummond-de-andrade-Jose.pdf>. Acesso em: 2025.

AYRES, José Roberto. *Energia elétrica e meio ambiente: impactos e conflitos*. São Paulo: Annablume, 2009.

BELONIA, Cinthia da Silva. Deslocamento, pertencimento e identidade: de Luanda a Lisboa. *Revista Odisseia*, v. 7, n. 2, p. 114–131, 2022. Disponível em: <https://revistaodisseia.ufpi.br>. Acesso em: 5 maio 2025.

BENATTI, José Heder. *Várzea e as populações tradicionais*. Brasília: IPEA, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 774, de 15 de março de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 mar. 1993.

BRASIL. Decreto nº 915, de 7 de setembro de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 set. 1993.

BRASIL. Decreto nº 1.503, de 15 de junho de 1995. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun. 1995.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 1995.

BRASIL. Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 1995.

BRASIL. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 1998.

BRASIL. Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2000.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Grupo de Trabalho REVISE – Revisão do Setor Elétrico*. Brasília: MME, 1987.

BRASIL. República Federativa. Estado do Tocantins. Comarca de Porto Nacional. Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos 2º de Notas. *Escritura pública de cessão e sub-rogação de direitos de posse e ocupação sobre área urbana a ser inundada pela UHE-Lajeado*. Livro 04, fl. 94. Porto Nacional, 22 nov. 2001.

BRASIL. República Federativa. Estado do Tocantins. Comarca de Porto Nacional. Cartório de Registro de Imóveis. *Certidão de inteiro teor da matrícula n.º 95.558*, Livro 02. Porto Nacional, 14 mar. 2019.

BRASILIENSE, Eli. *Bom Jesus do Pontal*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.
BRASILIENSE, Eli. *Pium – nos garimpos de Goiás*. Goiânia: Cultura Goiana, 1967.
BRITO, Eliseu Pereira de. Sobre os ribeirinhos tocantinenses: história e resistências. *InterEspaço*, v. 4, n. 14, p. 33–48, 2018.

BRITO, Eliseu Pereira de; SILVA, Henrique Martins da. Ressignificações da vida ribeirinha. *Novos Cadernos NAEA*, v. 24, n. 1, p. 35–55, 2021.

BRITO, Herton. *Fotografia*. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1APAgmx2h5/>. Acesso em: 2025.

_____. *Fotografia*. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1APAgmx2h5/>. Acesso em: 2025.

_____. “Porto Nacional Somos Nós!”. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1APAgmx2h5/>. Acesso em: 2025.

CACHADO, Rita d’Ávila. Diário de campo: um primo diferente na família das ciências sociais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 551-572, 2021. DOI: 10.1590/2238-38752021v11n2.

CATOLICO, Ana Carolina Chaves; STRAUCH, Julia Celia Mercedes; BRITTO, Fabio Giusti Azevedo de. Efeitos sociais da implementação da Usina Hidrelétrica de Lajeado. *Anais do XVIII ENANPUR*, 2019.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. 5. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Usina Hidrelétrica de Lajeado. Palmas, 1996.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; FERREIRA, Dallyla Tais Assunção Milhomem; MARQUES, Elineide Eugenio. “É a morte do rio Tocantins, eu sinto isso”. *Sociedade & Natureza*, v. 29, n. 1, p. 53–62, 2017.

FERREIRA, A. C. S. *Reassentamentos urbanos involuntários*. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, Maria da Silva. *A participação social nos processos de licenciamento ambiental*. Dissertação (Mestrado) – UnB, 2001.

FREITAS, Maria Livia Pinheiro de et al. Deslocamento compulsório. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 12, n. 2, p. 38–56, 2021.

GARDA, Cynthia. Uma usina à margem da lei ambiental. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2001. Economia. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_12/58554. Acesso em: 05 jan. 2026.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@ – Porto Nacional (TO)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2025.

JESUS, Bruno Mendes de; ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Sobre a saudade de um rio. *Revista Desafios*, v. 5, n. Especial, 2018.

JORNAL G1 TOCANTINS. Praias de água doce atraem turistas durante a estiagem. *G1*, 2013.

MAPA AMBIENTAL DO RESERVATÓRIO DA UHE LAJEADO - EIA/RIMA. 1996.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia Histórica da Província de Goyáz*. Goiânia: SUOL, [s.d.].

MESSIAS, Noeci Carvalho. *Patrimônio Cultural... Hidrelétrica de Lajeado*. Dissertação (Mestrado) – PUC Goiás, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação escolar quilombola*. Brasília: MEC/SECADI, 2014.

MOURA, Jaciara Araújo de; SANTOS, Roberto de Souza. Dinâmica do emprego. *Anais da Geopauta*, v. 4, n. 2, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história. *Projeto História*, n. 10, p. 7–28, 1993.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Porto Nacional: História e Memória*. Goiânia: UFG, 1997. _____ . *Um Porto no Sertão*. Dissertação (Mestrado) – UFG, 1997.

_____. *Cidades ribeirinhas do rio Tocantins*. In: ALAS, 2019.

PARENTE, Temis Gomes. Impactos socioculturais. *Varia História*, v. 30, n. 53, 2014.

PARENTE, Temis Gomes; SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. De estrada líquida à jazida energética. *Tempo e Argumento*, v. 11, n. 28, 2019.

PERUZZO, Cicília M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade. *LIBERO*, v. 12, n. 24, 2009.

POHL, Emanuel Johann. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976.

PRADO, Guilherme Augusto Souza; CAETANO, Maria Verônica Almeida. Território no campo da saúde coletiva. *Saúde em Debate*, v. 48, spe2, 2024.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Carlos Alberto. Participação da comunidade no licenciamento ambiental. *Ambiente & Sociedade*, v. 10, n. 2, 2007.

ROSA, Luiz Pinguelli; SILVA, Neilton Fidelis da (Orgs.). *Modelos e alternativas energéticas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio. *Território e multiescalaridade*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTANA, Neto Aires. *Fotografia*. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1APAgmx2h5/>. Acesso em: 2025.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SNIRH BATIMETRIA – ANA. Disponível em: <https://link.ana.gov.br/snirhbatimetria>. Acesso em: 2025.

SCIELO – SAÚDE PÚBLICA. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 6, 2019.

SEBRAE. Observatório DataMPE Brasil – Porto Nacional. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/porto-nacional>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SIGAUD, Lygia et al. *Conflitos e violência no campo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SIGAUD, Lygia. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos. In: ROSA; SIGAUD; MIELNIK (Org.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. *Historiæ*, v. 1, n. 2, p. 113–120, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambiente e território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da et al. Espacialidades e temporalidades urbanas. *ACTA Geográfica*, 2011.

VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem barragens. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2, 2004.

VAINER, Carlos B.; ARAUJO, F. G. B. de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

ZHOURI, Andréa et al. Amazônia, o projeto Carajás e a bacia do Tocantins. In: ZHOURI; LASCHEFSKI; PÁDUA (Org.). *Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento, reconhecimento e direitos*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ZITZKE, Valdir Aquino. *A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis

PROPOSTA DE ENSINO

1- Tema: A importância das Comunidades Ribeirinhas

2. Justificativa

Esta proposta foi elaborada para orientar e ajudar os professores que ministram aulas de História e Geografia da Rede Municipal de Ensino de Porto Nacional a trabalharem, em sala de aula, temas relacionados à comunidade local, à identidade ribeirinha, à memória, ao território e às transformações vividas pela Comunidade Pirraça.

A proposta parte da ideia de que o ensino de História e Geografia deve estar conectado à realidade dos estudantes. Quando o professor utiliza exemplos do próprio município, como a história da Pirraça e a relação dos ribeirinhos com o Rio Tocantins, o conteúdo se torna mais significativo e próximo da vida dos alunos. Assim, eles conseguem compreender melhor como o passado e o presente se relacionam e como as transformações do território influenciam o modo de vida das pessoas.

O estudo da Comunidade Pirraça é especialmente importante porque permite discutir temas como:

A relação entre natureza e sociedade

O modo de vida das populações ribeirinhas

A importância da memória e da identidade

Os impactos da construção da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães

O processo de desterritorialização e reassentamento

As mudanças ambientais e sociais na região

Esses temas dialogam diretamente com habilidades da BNCC, que orientam o professor a trabalhar memória, fontes históricas, paisagem, território, conflitos socioambientais e populações tradicionais. Dessa forma, o professor cumpre o currículo ao mesmo tempo em que valoriza a história local.

Este material também busca fortalecer o vínculo entre escola e comunidade. Ao estudar a Pirraça, os alunos reconhecem que fazem parte de uma história viva, construída por pessoas reais — muitas delas suas próprias famílias. Isso ajuda a desenvolver o sentimento de pertencimento, respeito às tradições e valorização das comunidades que formam a identidade de Porto Nacional.

A proposta se fundamenta nos objetivos da pesquisa que deu origem ao estudo sobre a Comunidade Pirraça, cujo objetivo geral foi verificar como o deslocamento compulsório dos ribeirinhos obrigou a população da Vila Pirraça a deixar para trás antigas

práticas culturais relacionadas ao rio, analisando como a ruptura com o território tradicional impactou a identidade, a memória e o modo de vida da comunidade.

A pesquisa também desenvolveu objetivos específicos, que orientam o trabalho pedagógico proposto neste material, a saber: abordar os estudos acadêmicos sobre a cultura ribeirinha às margens do Rio Tocantins, compreendendo suas práticas culturais, sociais e econômicas; compreender a formação de hidrelétricas em espaços de vivência ribeirinha, articulando esse processo aos conceitos de território e territorialidade, para analisar como grandes obras interferem na organização social e cultural das comunidades tradicionais; apresentar o processo de saída dos ribeirinhos das margens do rio e seus reassentamentos no Jardim dos Ipês e nas glebas rurais de Porto Nacional, destacando os desafios enfrentados pelas famílias na reconstrução de suas vidas em novos territórios.

Esses objetivos reforçam a importância de trabalhar o tema em sala de aula, pois permitem que os estudantes compreendam como transformações ambientais e econômicas afetam diretamente a vida das pessoas, especialmente das comunidades tradicionais que fazem parte da história e da identidade de Porto Nacional.

Dessa forma, este material se apresenta como um apoio essencial para o professor que deseja trabalhar a história local de maneira significativa, conectando os conteúdos da BNCC à realidade dos estudantes. Ao abordar a trajetória da Comunidade Pirraça, sua relação com o Rio Tocantins e o processo de reassentamento vivido após a construção da barragem, o professor contribui para que os alunos compreendam a importância das comunidades tradicionais na formação de Porto Nacional. Mais do que transmitir informações, esta proposta busca orientar e ajudar o professor a desenvolver práticas que valorizem a identidade ribeirinha, fortaleçam o sentimento de pertencimento e promovam uma reflexão crítica sobre as transformações sociais e ambientais da região, aproximando escola e comunidade e reconhecendo que a história local é parte fundamental da formação dos estudantes e da construção de uma educação comprometida com a realidade amazônica.

Antes de apresentar as possibilidades de pesquisas que podem ser desenvolvidas pelos alunos, consideramos importante esclarecer os pontos centrais da dissertação que desenvolvemos no PPGHispan.

Este material foi elaborado para apoiar o professor na compreensão histórica, social e territorial da comunidade ribeirinha da Pirraça, em Porto Nacional, e dos impactos provocados pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. O objetivo é oferecer uma síntese clara e acessível dos capítulos 1 e 2 da pesquisa, permitindo que o docente utilize essas informações em sala de aula para trabalhar temas como memória, identidade, território, desenvolvimento regional e justiça socioambiental.

Ao compreender o que era a Pirraça antes da hidrelétrica, como o rio Tocantins estruturava a vida ribeirinha e quais transformações ocorreram após o reassentamento, o professor poderá inserir a história local no currículo escolar, fortalecendo o vínculo dos estudantes com seu território e valorizando as identidades ribeirinhas.

3. Temas que podem ser explorados pelos alunos

3.1. O entorno do lago

Os alunos realizam uma visita orientada ao entorno do lago para observar como o território foi transformado pela hidrelétrica. Eles podem comparar o que veem hoje com fotos antigas, mapas e relatos sobre a antiga Pirraça e outras áreas atingidas. A atividade permite identificar mudanças ambientais, sociais e urbanas diretamente no local. Depois, os estudantes registram suas percepções em um texto ou diário de campo. Essa vivência fortalece a compreensão do território vivido.

3.2. O impacto da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães em Porto Nacional

Os alunos analisam como a hidrelétrica modificou a cidade como um todo: turismo, comércio, bairros próximos ao rio, trânsito, clima e paisagem urbana. A turma pode produzir cartazes, textos ou painéis mostrando impactos positivos e negativos. Essa atividade estimula o pensamento crítico sobre desenvolvimento, meio ambiente e justiça social, conectando o conteúdo à realidade local.

3.3. Os moradores do entorno do lago

Como muitas escolas ficam próximas ao lago e muitos alunos têm familiares reassentados, eles podem entrevistar moradores para descobrir como era a região antes da formação do lago. Podem perguntar sobre mudanças no cotidiano, no trabalho, no lazer e na paisagem. Depois, os alunos transformam as respostas em relatos, textos ou murais. Essa atividade valoriza a memória local e aproxima a escola da comunidade.

3.4. Histórico do bairro

Cada aluno cria um mapa mostrando como enxerga o território onde vive: ruas importantes, o lago, áreas que mudaram, lugares de memória e espaços significativos. Os menores podem desenhar; os maiores podem incluir legendas, datas e explicações. O

mapa ajuda o aluno a contar sua própria história territorial e a perceber como o espaço foi transformado pela hidrelétrica.

4. Sugestões atividades que os alunos podem desenvolver em sala de aula

4.1 Debate: impactos positivos e negativos da hidrelétrica

A turma é dividida em dois grupos: um apresenta impactos positivos (energia, turismo, novas áreas de lazer) e o outro apresenta impactos negativos (deslocamento de famílias, mudanças ambientais, perda de áreas tradicionais). O debate ajuda os alunos a argumentar, ouvir opiniões diferentes e compreender a complexidade do tema.

4.2 Seleção de materiais

O professor reúne alguns textos curtos para leitura prévia dos alunos, como:

- Reportagens de jornais
- Trechos de textos científicos
- Partes do texto da Pirraça presente no guia

Esses materiais servirão de base para identificar os impactos. Separação dos pontos.

Após a leitura, a turma identifica dois conjuntos de informações:

- Pontos positivos (energia, turismo, investimentos etc.)
- Pontos negativos (deslocamentos, perdas ambientais, mudanças sociais etc.)

O professor pode anotar no quadro apenas os principais.

4.3. Organização da sala

A turma é dividida em duas equipes:

- Equipe A: apresenta os pontos positivos
- Equipe B: apresenta os pontos negativos

Cada grupo organiza seus argumentos com base nos materiais lidos.

4.4. Conversa e debate

As equipes apresentam seus pontos e conversam sobre as diferenças, sem necessidade de aprofundar demais. O professor conduz a discussão e, se quiser, pode aprofundar depois com novas leituras ou atividades.

4.5. Roda de conversa com relatos da comunidade

Os alunos trazem histórias contadas por familiares ou vizinhos sobre como era a região antes do lago. Em sala, compartilham essas memórias e discutem o que mudou no cotidiano das pessoas. A atividade valoriza a memória local, fortalece vínculos e amplia a compreensão sobre identidade e pertencimento.

5 Preparação para a pesquisa

5.1 O professor orienta os alunos a conversar com:

- Familiares,
- Vizinhos,
- Ou conhecidos que foram reassentados por causa da hidrelétrica.

O aluno deve perguntar como era a vida antes do lago, como foi o reassentamento e o que mudou no cotidiano da família.

Eles registram essas informações em um pequeno texto ou relato simples.

5.2 Organização da roda de conversa

Em sala de aula, o professor organiza uma roda para que os alunos compartilhem:

- As histórias que ouviram,
- As lembranças das famílias,
- As mudanças percebidas,
- Sentimentos e memórias relacionadas ao antigo território.

Não é necessário aprofundar demais — apenas abrir espaço para escuta e troca.

5.3. Exposição de fotografias: “Porto Nacional antes e depois”

A turma organiza uma exposição com fotos antigas (da Pirraça, do rio Tocantins, das praias, das várzeas) e fotos atuais do lago e dos bairros próximos. Os alunos podem escrever legendas explicando as mudanças observadas. A exposição pode ser montada no corredor da escola ou na sala, estimulando leitura visual e interpretação histórica. O professor pode usar:

- Fotos antigas da Pirraça e do rio Tocantins,
- Fotos atuais do lago e dos bairros,
- Imagens disponíveis no guia ou no link da pesquisa,
- Fotos que os alunos encontrarem com familiares ou na comunidade.

5.4. Montagem da exposição

As fotos são organizadas em um painel simples, divididas em:

- Antes
- Depois

A exposição pode ser feita na sala ou no corredor.

5.5 Legendas dos alunos

Cada aluno escreve pequenas legendas explicando o que mudou entre as imagens.

5.6 Conversa final (opcional)

A turma comenta o que percebeu sobre as transformações da cidade.

6. Produção de mapas afetivos ou históricos

Os alunos desenham mapas mostrando como enxergam o bairro, a escola e o lago. Podem incluir lugares importantes, áreas que mudaram, caminhos antigos e novos espaços criados após a hidrelétrica. Essa atividade ajuda a compreender o território vivido e a relação entre espaço, memória e identidade.

6.1. Observação e estudo da comunidade

Depois de conhecer outra comunidade (como a Pirraça), o aluno é convidado a olhar para a sua própria realidade:

- O bairro onde mora,
- O entorno da escola,
- Os caminhos que percorre,
- Os espaços importantes para sua família,
- As mudanças que percebeu ao longo do tempo.

Essa comparação ajuda o aluno a reconhecer sua identidade cultural e o território vivido.

6.2. Produção do mapa afetivo

O aluno desenha um mapa simples mostrando como ele enxerga sua comunidade.

Ele pode incluir:

- Lugares importantes,
- Áreas que mudaram,
- Caminhos antigos e novos,
- Espaços criados depois da hidrelétrica (como o lago e bairros próximos).

O mapa não precisa ser técnico — é um mapa afetivo, feito a partir da memória e da vivência.

7. Redação: “Como o lago mudou a minha cidade”

Os alunos escrevem um texto relatando como percebem as mudanças causadas pela hidrelétrica em Porto Nacional. Podem falar sobre turismo, bairros próximos ao lago,

mudanças na paisagem, histórias de familiares reassentados e lembranças do rio antes da barragem. A atividade desenvolve escrita crítica e conexão com o território.

Escrita do texto

O aluno escreve um pequeno texto relatando sua percepção sobre essas mudanças.

Ele pode abordar:

- Por que escolheu os lugares representados no mapa,
- O que esses lugares significam para ele e sua família,
- Como percebe as mudanças na comunidade ao longo do tempo,
- Quais elementos considera parte da sua identidade local,
- Como a hidrelétrica influenciou o cotidiano da cidade.

O texto não precisa ser longo — basta expressar a visão pessoal do aluno sobre o território onde vive.

8. As fontes a serem consultadas

Fontes Documentais:

Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins. *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Usina Hidrelétrica de Lajeado*. Palmas, 1996. Documento técnico que apresenta os estudos ambientais, sociais e territoriais realizados antes da implantação da UHE Lajeado

Pesquisas de Campo (visitas e conversas informais)

- Visitas à região do reassentamento.
- Conversas informais com moradores e observações diretas do território.
- Registros fotográficos feitos durante o trabalho de campo.

Fontes Iconográficas: Acervo digital da pesquisadora (Drive); Fotos coletadas durante visitas de campo, registros da região, paisagens, áreas atingidas e elementos do cotidiano ribeirinho.

Link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1873DKZP8y6Ub9Y1A3FE7GDYJuDK5-24m?usp=sharing>

Acervo fotográfico do grupo “Porto Nacional Somos Nós” (Facebook)

- <https://www.facebook.com/share/p/1GJX6aoAW4>
- <https://www.facebook.com/share/p/1APAgmx2h5>
- <https://www.facebook.com/share/p/1CrwtfodKq>

- <https://www.facebook.com/share/p/17kyEvgnH7>

Fontes Jornalísticas

Jornal do Brasil (Hemeroteca Digital)

9 – Livros para consulta

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2000.